

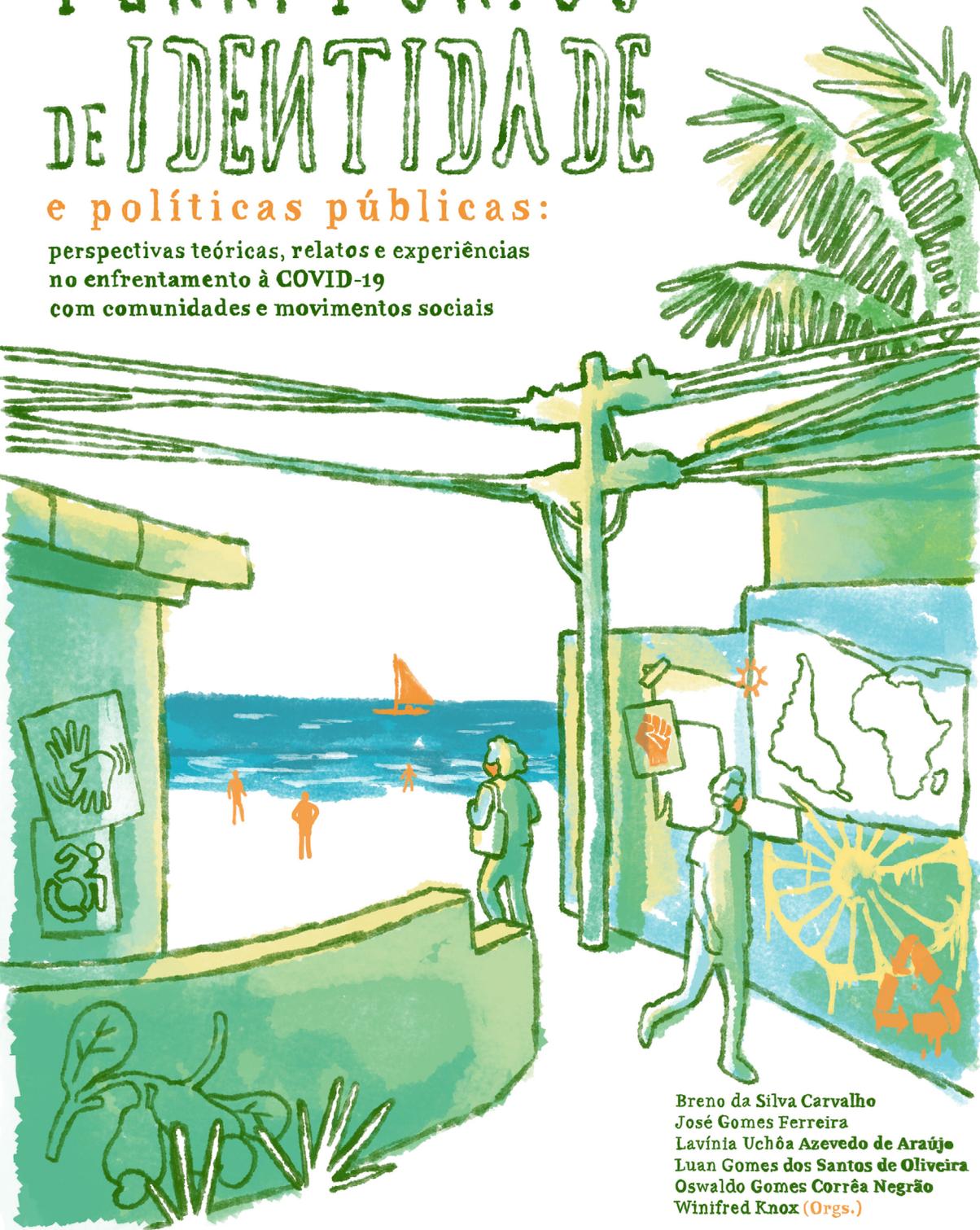
TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

e políticas públicas:

perspectivas teóricas, relatos e experiências
no enfrentamento à COVID-19
com comunidades e movimentos sociais

ÁPORO
EDITORIAL

BOAS PRÁTICAS
COVID-19
Edições
UERN



Breno da Silva Carvalho
José Gomes Ferreira
Lavinia Uchôa Azevedo de Araújo
Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Oswaldo Gomes Corrêa Negrão
Winifred Knox (Orgs.)

TERRITÓRIOS
DE IDENTIDADE

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

e políticas públicas:

perspectivas teóricas, relatos e experiências
no enfrentamento à COVID-19
com comunidades e movimentos sociais



ÁPORO
EDITORIAL



2022



**PREPARAÇÃO DO TEXTO
E REVISÃO**

Daniela Guanais

**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO**

Walklenguer Oliveira

**ARTE DA CAPA E
ILUSTRAÇÕES**

Vinicius Chaves (iniv)

UERN**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE****Reitora**

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

**CONSELHO EDITORIAL DAS EDIÇÕES UERN**

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalídia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Territórios de Identidade e Políticas Públicas: perspectivas teóricas, relatos e experiências no enfrentamento à Covid-19 com comunidades e movimentos sociais [recurso eletrônico]. /

Breno da Silva Carvalho... [et al.] (Orgs.). – Mossoró, RN: Edições UERN; Áporo Editorial, 2022.

109 p.: PDF.

ISBN: 978-85-7621-388-8 (E-book).

1. Saúde pública. 2. Políticas públicas - Saúde. 3. Ciência cidadã. 4. COVID-19. 5. Coronavírus. I. Carvalho, Breno da Silva. II. Ferreira, José Gomes. III. Araújo, Lavinia Uchôa Azevedo de. IV. Oliveira, Luan Gomes dos Santos de. V. Negrão, Oswaldo Gomes Corrêa. VI. Knox, Winifred. VII. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. VIII. Título.

UERN/BC

CDD 614

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

SOBRE O LIVRO

O presente livro é o segundo fruto coletivo das produções que tiveram lugar no marco do projeto de pesquisa-intervenção “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará”, enquadrado dentro da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit Nº 07/2020 - Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves - Processo: 403104/2020-3.

SUMÁRIO

- 09 SOBRE O "BOAS PRÁTICAS": BREVE DESCRITIVO**
- 13 REDE DE APOIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS: AGRADECIMENTOS**
- 16 PARTE I: III ENCONTRO FORMATIVO**
- 17 Seção I: Sobre (e entre) identidades**
- 18 1 . Territorialidade e identidade nordestina**
José Gomes Ferreira, *Grupo de Trabalho Mar*
- 25 2. A pesca no RN**
Winifred Knox, *Grupo de Trabalho Mar*
- 33 3. “Nada de nós, sem nós!”: as andanças e lutas da Comunidade Cigana Calon no Alto Sertão da Paraíba**
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo, Elma Maria da Silva Abrantes, Lázaro Samuel Veras Bandeira e Fabíola Pereira Gomes Alcântara, *Grupo de Trabalho Cigano*
- 39 Seção II: Produzindo relatos e imagens**
- 40 4. Relato de Denize Baracho, liderança da Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui**
José Gomes Ferreira, Winifred Knox e Denize Baracho, *Grupo de Trabalho Mar*
- 46 5. Relato de Armando dos Santos Correia Filho, liderança dos pescadores de Ponta Negra**
Winifred Knox, José Gomes Ferreira, Daniel Pereira Barreto e Armando dos Santos Correia Filho, *Grupo de Trabalho Mar*
- 52 6. A imagem como representação e caracterização das comunidades tradicionais Marina de Siqueira, *Grupo de Trabalho Mar***
- 60 7. O Congo de Calçola: Mestre Pedro e sua atuação junto à comunidade pesqueira de Ponta Negra**
Daniel Pereira Barreto, Pedro Santos Correia e Armando dos Santos Correia Filho, *Grupo de Trabalho Mar*
- 63 Seção III: À guisa de fechamento**
- 64 8. O SUS e a educação popular no encontro entre sertão e mar**
Maria Jacqueline Abrantes Gadelha, Meine Siomara Alcântara e Oswaldo Gomes Corrêa Negrão

73 PARTE II: IV ENCONTRO FORMATIVO

74 Seção I: Sobre (e entre) deficiências e humanidades

75 9. Sobre deficiências e humanidades digitais: desafios e aprendizagens a partir do uso de aparatos tecnológicos de comunicação

Breno da Silva Carvalho, Ana Gretel Echazú Böschemeier, Jenipher Alyssa de Lima Silva e Raquel Assunção Oliveira, *Grupos de Trabalho Mídia e Acessibilidade*

90 Seção II: Produzindo relato e poesia

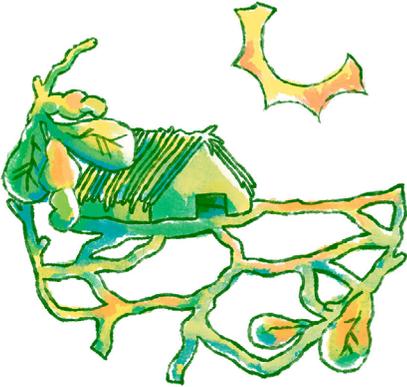
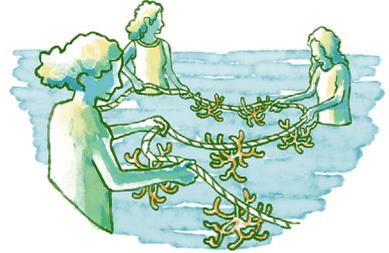
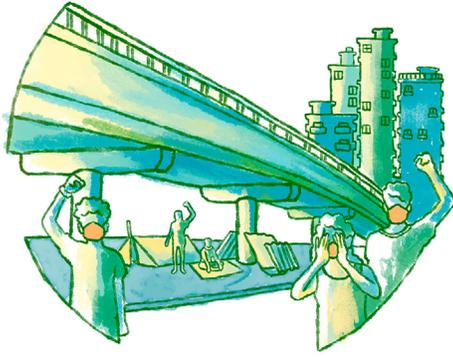
91 10. Relatos de experiência de racismo com pessoas surdas: territórios da educação e da saúde

Jenipher Alyssa de Lima Silva, Ana Gretel Echazú Böschemeier e Ana Patrícia Marcos Barbosa, *Grupo de Trabalho Acessibilidade*

101 11. Carta que escrevi para quem fui há 8 anos atrás: o que me dizer?

Luanda Luz, *Grupo de Trabalho Urbano*

106 LISTA DE CONTRIBUIÇÕES



APRESENTAÇÃO

SOBRE O "BOAS PRÁTICAS": BREVE DESCRITIVO

Iniciada em 2020, a pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Ceará (CE)” (financiamento: CNPq) tem término previsto para agosto de 2022. O horizonte desta publicação engloba os *Encontros Formativos* – eventos remotos operacionalizados via *Google Meet* ou *StreamYard* com os(as) participantes como forma de interação e desenvolvimento da proposta de investigação em curso.

O *Boas Práticas* propõe uma pesquisa de intervenção, colaborativa e inclusiva, baseada nas possibilidades de partilha e diálogo entre diferentes comunidades e seus saberes. Parte-se de uma perspectiva transdisciplinar, aproximando centros, programas e departamentos universitários das áreas da antropologia, saúde coletiva, comunicação e tradução distribuídos nos três estados citados, sem dispensar eventuais colaborações e parcerias internacionais.

Organizados em quatro Grupos de Trabalho (eventualmente designados como GTs no decorrer do livro), os participantes da pesquisa integram o (1) *GT Indígena*, composto da Comunidade Indígena do Amarelão-RN e pelas Comunidades Indígenas da serra, sertão e contexto urbano – FEPOINCE/CE; o (2) *GT*

Urbano, formado pelas catadoras da Associação ACREVI – Reciclando para a Vida de Mossoró-RN e pelo Movimento da População em Situação de Rua – PopRua-RN; o (3) *GT Mar*, do qual fazem parte as maricultoras de Pitangui-RN ligadas à Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas (AMBAP), assim como os pescadores da Vila de Ponta Negra (Natal-RN); o (4) *GT Cigano*, representado pela Comunidade Calon de Sousa-PB. Têm-se ao todo sete participantes – entre comunidades tradicionais e movimentos sociais (Figuras 1 e 2).

O projeto contempla lideranças comunitárias na condição de “lideranças pesquisadoras”, além de docentes, pesquisadores(as) e estudantes (graduação e pós-graduação). Complementarmente, o *Boas Práticas* está organizado em quatro equipes, compostas de outros GTs: 1) *Equipe Técnico-Científica*, responsável pela produção de conteúdo audiovisual, relatórios, artigos científicos e demais textos relativos à prevenção contra a COVID-19; 2) *Equipe de Tradução-Comunicação*, com tarefas que envolvem a tradução de textos técnicos e de divulgação produzidos pela Equipe Técnico-Científica; 3) *Equipe de Articulação*, focada na seleção de material, mapeamento de necessidades, comunicação via redes sociais e discussão de materiais – esta última tarefa é dividida com a 4) *Equipe de Oficinistas*, também responsável pela adaptação e divulgação de materiais, além da produção de registros dos *Encontros Formativos* virtuais e trocas realizados ao longo do Projeto.

O presente livro – *Territórios de identidade e políticas públicas: perspectivas teóricas, relatos e experiências no enfrentamento à COVID-19 com comunidades e movimentos sociais* – dedica-se aos *Encontros Formativos III e IV*, realizados, respectivamente, em 10 de maio de 2021, com o tema “Do Mar ao Sertão: um encontro de lutas, re-existências, saberes e políticas públicas”, e 14 de junho de 2021, intitulado “Olhares interseccionais em tempos de pandemia”.

PROJETO BOAS PRÁTICAS APRESENTA
III ENCONTRO DE FORMAÇÃO DA EQUIPE DE ARTICULAÇÃO

TEMA:
DO MAR AO SERTÃO: UM ENCONTRO DE LUTAS, REEXISTÊNCIAS, SABERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

10 de Maio de 2021
14h às 16h

O encontro será via plataforma Google Meet

O evento será acessível em LIBRAS

PROGRAMAÇÃO

1º Momento – 14h às 14:40h

- **Moderação** – Projeto Boas Práticas: Luan Gomes e Winifred Knox
- **Momento Cultural I – Mar/Sertão (15 min): Poesias, cantorias, cordéis**
- **Apresentação – Povos Tradicionais: Territórios Sociais, Saberes e Políticas Públicas: vulnerabilidades, racismos, ancestralidade (20 min)**
- **Bolsistas:** Daniel Barreto (Mar), Beatriz Maria Falcão (Mar), Marina de Siqueira (Mar), Lázaro Samuel (Sertão), Fabíola Alcântara (Sertão)
- **Ciência Cidadã:** relatos das lideranças (20 min)
- **Lideranças:** Armando dos Santos Correia Filho (Beto) (Movimento dos Pescadores), Marclândia Figueiredo (Cigana Calon), Denize Mariane Cardoso Baracho (Maricultoras)
- **Debate (10 min)**

2º Momento – 14:45h às 16h

- **Moderação:** José Gomes Ferreira e Cibelly Costa
- **Momento Cultural II – Mar/Sertão (15min): Narrativas de res-istência**
- **Tio Pedro e Jacqueline Gadelha, Poesia (Marclândia Figueiredo)**
- **Respostas da Saúde à Pandemia nos Territórios (25 min) - Profissionais de Saúde nos Territórios:**
- **Gradyella de Oliveira Alcântara (Cigana Calon), Meine Siomara Alcântara (Enfermeira, Mar), Cintia Fernanda de Lima (Agente Comunitária de Saúde, Mar)**
- **Debate (10 min)**

BOAS PRÁTICAS COVID-19

Figura 1: Chamada para o 3º Encontro Formativo.

Fonte: Arte elaborada por Alinne Dayse, integrante do GT Mídias, para divulgação no projeto.

PROJETO BOAS PRÁTICAS APRESENTA
IV ENCONTRO FORMATIVO

TEMA:
OLHARES INTERSECCIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

14 de junho de 2021
14h às 16h

Transmissão ao vivo – Canal Projeto Boas Práticas Covid-19
 Link: <http://bit.ly/Vbpcovid>

O evento será acessível em LIBRAS

PROGRAMAÇÃO

1º Momento - 14h às 15h

Reflexões sobre gênero: perspectivas e enfrentamentos

Moderação: Carine Santos e Breno Carvalho

- **10 minutos** | [Momento Cultural] A arte de Luanda Luz: voz e violão
- **20 minutos** | GT Áfricas: Denise Costa - Feminismo negro é para homens
- **20 minutos** | GT Tradução: impacto da pandemia nas relações de gênero
- **10 minutos** | Debate

2º Momento – 15h às 16h

Partilha de experiências pessoais: desafios e caminhos possíveis

Moderação: Raquel Assunção e Breno Carvalho

- **10 minutos** | [Momento Cultural] A poesia de Luanda Luz
- **10 minutos** | GT POP Rua: relato de Luanda Luz
- **20 minutos** | GT Acessibilidade: relatos audiovisuais
- **20 minutos** | Debate

BOAS PRÁTICAS COVID-19

Figura 2: Chamada para o 4º Encontro Formativo.

Fonte: Arte elaborada por Alinne Dayse, integrante do GT Mídias, para divulgação no projeto.

Por tal motivo, a obra estrutura-se a partir dos debates promovidos em cada ocasião, levando à composição de duas partes: **Parte I**, sobre o **III Encontro Formativo**, e **Parte II**, acerca do **IV Encontro Formativo**. Ambas articulam-se na apresentação de perspectivas teóricas, relatos e experiências a partir da noção de territórios de identidade e do entendimento sobre políticas públicas – o que justifica o olhar crítico sobre a saúde, principalmente, durante a vivência do contexto pandêmico.

Conteúdos sobre os *Encontros Formativos I e II* podem ser conferidos no e-book *Pontes e ruas de pluralidade epistêmica: relatos, etnografias e traduções no enfrentamento à COVID-19 com comunidades e movimentos sociais*, editado em 2022, com organização dos(as) professores(as) Ana Gretel Echazú Bösche-meier (Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRN), Breno da Silva Carvalho (Departamento de Comunicação Social/UFRN), Karlla Christine Araújo Souza (Departamento de Ciências Sociais e Política e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas/UERN), Maria Betânia Ribeiro Torres (Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Gestão Ambiental e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas/UERN) e Maria Teresa Nobre (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRN).

Boa leitura!

Breno da Silva Carvalho
Coordenação Projeto Boas Práticas

REDE DE APOIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

AGRADECIMENTOS

INSTITUIÇÕES, CENTROS, DEPARTAMENTOS E PROGRAMAS:

- Departamento de Antropologia (UFRN)
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFRN)
- Departamento de Políticas Públicas (UFRN)
- Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (UFRN)
- TV e Rádio Universitária (UFRN)
- Bacharelado em Humanidades e Colegiado de História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (UFCG)
- Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação (UFS)
- Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais e Humanas (UERN)
- Departamento de Gestão Ambiental (Facem/UERN)
- Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRN)
- Departamento de Psicologia (UFRN)
- Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio - CRDH-MD (UFRN)

- Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da UFS (Fundação Universidade Federal de Sergipe)
- Departamento de Ciências Sociais e Política - DCSP (UERN)
- Departamento de Gestão Ambiental - DGA (UERN)
- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH (UERN)
- Departamento de Saúde Coletiva (UFRN)
- Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR (UFRN)
- Projeto de Extensão RECânone (DAN/UFRN)
- Projeto de Extensão Encontro de Saberes (DAN/UFRN)
- Projeto de Extensão Cadernos Ateliê: o saber universitário no exercício de intervenções dialógicas (DPP/UFRN)
- Projeto de Extensão Saberes Dialógicos em GPP (UFRN)
- Projeto de Extensão “Onde chegam as políticas públicas: conversando sobre saúde e direitos humanos com populações pesqueiras vulnerabilizadas de Natal-RN” (DSC/UFRN)

COLABORAÇÕES E PARCERIAS NACIONAIS:

- Movimento da População em Situação de Rua (RN)
- Comunidade Indígena do Amarelão (RN)
- Comunidade indígena de Serra Das Matas (CE)
- ACREVI - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (RN)
- Fórum Vila em Movimento, USF de Ponta Negra
- Comunidade cigana Calon (PB)
- AMBAP - Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui/RN (RN)
- Unidade Acadêmica de Direito (UAD) do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (UFCEG)
- Casa das Áfricas
- CASCA: Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CNPq, Universidade de Brasília)

- Unidade Básica de Saúde de Ponta Negra da Secretaria Municipal de Saúde de Natal
- Secretaria Municipal de Pesca de Extremoz
- Prefeitura de Extremoz
- Subsecretaria Estadual de Agricultura e Pesca do Rio Grande do Norte

COLABORAÇÕES E PARCERIAS INTERNACIONAIS:

- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Portugal)
- Universidad Nacional de Quilmes (Argentina)
- Grup de Recerca en Antropologia Fonamental i Orientada (GRAFO) / Departament d 'Antropologia Social i Cultural de la Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)
- Instituto de Investigaciones Socio Históricas (CISH, Argentina)
- Grupo Latino-Americano em Estudos, Treinamento e Ação Feminista Glefas (México)
- Rede Feminismo(s), Cultura e Poder (México)
- Grupo de Trabalho Saúde Internacional FLACSO (El Salvador)
- Latin America Is Moving Collective (Alemanha, Finlândia)

PARTE I

III Encontro Formativo

Seção I

Sobre (e entre) identidades

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE NORDESTINA

1

José Gomes Ferreira
Grupo de Trabalho Mar

ELEMENTOS DA IDENTIDADE NACIONAL

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda têm uma interpretação diferenciada da formação do Brasil. Freyre¹ defendeu a tese da miscigenação na criação da sociedade brasileira, rejeitando a tese da segregação racial, defendendo que no período colonial a relação entre senhores e escravos era amistosa. Apresenta-nos uma miscigenação que não gera diferenças na identidade brasileira e que acredita ser a característica que nos dá unidade. Buarque de Holanda aborda a temática do patrimonialismo e da incapacidade de o brasileiro separar a vida privada da vida pública, reforçando que o “estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo”.² Inspirado em Max Weber, o autor propõe o conceito de homem cordial como herança da colonização ibérica para analisar historicamente a sociedade brasileira. Apesar das características, cordialidade não significa civilidade e “boas maneiras”: ilude-se na aparência, não significando polidez.

1 Freyre (2003).

2 Holanda (1995, p. 141).

Contrariando Freyre, vários autores rejeitam a tese segundo a qual a formação do Brasil foi pacífica; pelo contrário, ela aconteceu de forma dolorosa e cruel pelo tipo de ocupação e relação com

os povos originários. Para Francisco de Oliveira, “Conosco nasceu a modernidade”,³ mas esse nascimento teve custos elevados para as populações originárias e para os escravos africanos. Também Darcy Ribeiro denuncia o extermínio dos povos originários e a submissão dos escravos, defende que as relações sexuais entre os senhores brancos e as mulheres negras não eram, na sua maioria, consensuais, mas sim abusos. O país surgiu “da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliados como escravos”.⁴ No Nordeste a maioria dos índios foi “praticamente exterminada pelas guerras, pela fome, pelas pestes e, também, pelas secas”.⁵ E no Nordeste açucareiro, surgiram os mamelucos ou brasilíndios, gerados pela mestiçagem de europeus com índios, desdobrada pela presença de escravos africanos. Com a vinda de africanos, surgia igualmente a “área cultural crioula, centrada na casa-grande e na senzala, com sua família patriarcal envolvente e uma vasta multidão de serviçais”, diferenciando-se “pela especialização subalterna como gente de serviço, provedores de gêneros e pescadores”.⁶

3 Oliveira (2018, p. 27).

4 Ribeiro (1995, p. 19).

5 Id. *ibid.*, p. 96.

6 Id. *ibid.*, p. 97.

Florestan Fernandes deixou uma importante interpretação do Brasil, na qual revelou a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. Para Fernandes, a história da formação do Brasil é baseada no escambo e na escravidão, no colonialismo e no imperialismo, na urbanização e na industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes.⁷

7 Fernandes (2008).

Caio Prado Júnior⁸ interpreta o passado colonial a partir da exploração mercantil e do trabalho escravo, analisando o Brasil como parte do processo da expansão europeia, em que a produção agrária acaba se estruturando para assumir o papel de fornecedor de produtos tropicais no atendimento ao mercado europeu. Assim, predominando nos séculos XVI, XVII e XVIII o empresário de um grande negócio, a concentração de propriedade, a monocultura e o trabalho escravo.

8 Prado Júnior (1961).

NORDESTE: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA

A construção simbólica do Nordeste é marcada por características culturais e climáticas e por uma representação que remete ao atraso no contexto do desenvolvimento brasileiro. O Nordeste é também uma região marcada pela institucionalização de imagens e ritualização da resistência, assim como diferentes estratégias de dominação, atividades econômicas, demografia e características do território. A literatura científica, a literatura de viagem e a regional apontam elementos que historicamente repercutem na construção do que é o Nordeste, que não se deve confundir com o semiárido ou o sertão.

O sertão define-se a partir de elementos relacionados à seca, às tradições e representações, porém não é mais que uma das quatro sub-regiões do Nordeste: Meio-Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata. O sertão está presente no imaginário como parte da própria invenção do país.⁹ A partir do século XVIII, sertão era o nome dado a todos os territórios do interior do país que se contrapunham ao litoral. Sertanejo era o nome dos habitantes destes espaços distantes, desconhecidos, marcados pela miséria, onde não chegava a ação do Estado e que eram dominados pela barbárie e arbitrariedade. A partir do século XIX, a modernização de outras regiões reduz o sertão à parte do interior do atual Nordeste.

A construção do sertão como lugar preservado de influências externas e do sertanejo como resistente e destemido é apresentada dentro da categoria de regionalismo primeiro através da literatura. No início do século XX, o sertanejo passa a ser visto como um herói que sobrevive em condições sociais e naturais inóspitas.¹⁰ A alteração é reforçada naquilo que Albuquerque Júnior chama de criação e invenção do Nordeste, e que é marcada pelas representações que as secas e o subdesenvolvimento suscitam. Para o autor, o Nordeste é um produto imagético, filho das secas e de um conjunto de imagens associadas. “O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder”,¹¹ afirma.

9 Haudenschild (2017).

10 Dias (2020).

11 Albuquerque Júnior (2011, p. 33).

A região só recebe atenção a partir da Grande Seca de 1877-1879 e da reação institucional, midiática, literária, científica e artística. Albuquerque Júnior afirma que

até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Não existia apenas como região, o Nordeste não nasce apenas na geografia, nasce também como estigma de subdesenvolvimento, seca e fome, ganhando visibilidade como território com identidade que vai se corporizando e alimentando o imaginário.¹²

12 Id. *ibid.*, p. 13.

A região só ganhou autonomia das Províncias do Norte quando, em 1945, o IBGE a separou com objetivos estatísticos.

A literatura regionalista faz os seus primeiros avanços com *Iracema* (1865) e *Os Sertanejos* (1875) de José de Alencar; *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora, que em 1862 publicou *Os índios de Jaguaribe*; e *A fome*, que Rodolfo Teófilo publicou em 1890. Na literatura de viagens, Henry Koster publicou em 1816 o livro *Travels in Brazil* e Maria Graham publicou em 1821 o *Diário de uma viagem ao Brasil*. Em 1889, José do Patrocínio publicou *Os retirantes* e em 1902 Euclides da Cunha publicou *Os sertões*. No chamado Romance de 1930, destacaram-se José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos.

Em 1909 foi criada a primeira estrutura federal de resposta à seca: a Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS. Em 1919 passou a se chamar IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e em 1945 de DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Em 1957, de modo a reforçar o planejamento regional e reverter o papel das elites agrárias e industriais, o presidente Juscelino Kubitschek convidou Celso Furtado para liderar o processo que levou em 1959 à criação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

A criação do IOCS consolida a indústria da seca, que se apresenta vinculada ao processo de açudagem e que beneficiou grandes proprietários. A indústria da seca “é a teia de interesses criados que envolvem uma tradicional calamidade brasileira”, “é uma indústria disfarçada e indefinida”,¹³ usada por quem possui

13 Callado (1960, p. 5-7).

terras com potencial de área irrigável e que retira vantagem na construção de açudes. Menezes critica o

sórdido jogo de interesses, manipulado pelos políticos mais vinculados ao meio rural, que açambarcavam as terras beneficiadas pela açudagem após terem sido informados previamente dos projetos das bacias de irrigação, controlando a terra, a água e a política exercida pelos coronéis.¹⁴

14 Menezes (1970, p. 186).

O patrimonialismo característico das sociedades autoritárias acaba se reforçando pela vinculação desses apoios à dominação social e política das comunidades.¹⁵

15 Leal (2012).

Paralelamente à figura do retirante da seca, na região surgiram o cangaceiro e os profetas, duas figuras que agregam um misto de violência, fé e justiça social. A religiosidade evoca sempre uma condição no sentido de minimizar o sofrimento do povo nordestino e de manter a esperança em dias melhores, e que se apresenta através de rezas, festas e boas chuvas a partir do dia de São José. A narrativa popular é de resignação, aceitando os desígnios da divina providência e confortando os corações.

Djacir Menezes e Rui Facó¹⁶ usaram os conceitos de fanatismo e banditismo, buscando uma visão crítica sobre a marcante estrutura social da região e a forma injusta no acesso a recursos. Para Facó, o papel do cangaceiro nada tinha de criminoso, “era uma componente natural do nosso processo evolutivo, a denúncia do nosso próprio retardamento nacional, o protesto contra uma ordem de coisas ultrapassada e que deveria desaparecer”.¹⁷ Os inúmeros surtos de fanatismo e cangaceirismo tiveram causas internas e externas, com destaque para o monopólio da terra nas mãos dos grandes latifundiários. Esse monopólio impediu a modernização da agricultura e travou o avanço cultural das comunidades, ao isolar as populações rurais na hinterlândia a que chamamos Sertão, em que a generalização do analfabetismo e o desconhecimento do mundo exterior impediram o desenvolvimento. Neste contexto, a única forma de consciência do mundo era dada pela religião ou por seitas nascidas nas comunidades rurais.

16 Menezes (1970), Facó (1965).

17 Facó (1965, p. 16).

Gilberto Freyre foi um dos grandes impulsionadores da ideia de Nordeste, marcando a configuração final do regionalismo. As

suas propostas de tradicional-regionalismo ganharam visibilidade, adeptos e opositores nas páginas do *Diário de Pernambuco* de 22 de abril de 1923 a 15 de abril de 1925, assim como no contexto da participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, realizado em Recife em 1926. Todavia, o autor não foi o único a exaltar os elementos tradicionais do Nordeste.

O bioma caatinga faz igualmente parte dos traços identitários do Nordeste. Por outro lado, a identidade regional também se forja na relação litoral-interior, na diferença dessas imagens, apresentando-se transversalmente marcada por manifestações da cultura popular. Com a criação da SUDENE, as diversas imagens misturam representações de um Nordeste tradicional agrário-pastoril com um Nordeste industrializado e polos agrícolas de fruticultura irrigada para exportação.¹⁸

A transposição criou a possibilidade de o sertão virar mar quando, a partir de 1818, surgiu a ideia de levar água ao interior em canais que seriam também usados na navegação. O rio São Francisco passa a ser conhecido como rio da Unidade Nacional ou da Integração.¹⁹ A profecia de que “o sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão”²⁰ foi feita por Antônio Conselheiro, que, nos anos 1896 e 1897, fundou no sertão da Bahia o Arraial de Canudos, juntando milhares de flagelados das secas, ex-escravos, trabalhadores pobres e índios.

18 Albuquerque Júnior (2011).

19 Ferreira (2019).

20 Haudenschild (2017).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

CALLADO, A. **Industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

DIAS, P. O sertão e o sertanejo: um Brasil de vários sertões. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, v. 1, n. 1, p. 4-11, 2020. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/doi/10.4322/2675-4177.2020.002>. Acesso em: 23 maio 2022.

- FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FERREIRA, J. G. A transposição das águas do Rio São Francisco na resposta à seca do Nordeste brasileiro. Cronologia da transformação da ideia em obra. **Revista Campos Neutrais**, v. 1, n. 2, p. 53-72, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/9085>. Acesso em: 23 maio 2022.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- HAUDENSCHILD, A. “O sertão vai virar mar”, a reinvenção do sertão na poética da Música Popular Brasileira (1960-1970). **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES**, n. 31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/contexto/article/view/14935/0>. Acesso em: 23 maio 2022.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MENEZES, D. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1970.
- OLIVEIRA, F. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTRODUÇÃO

Objetivamos reconstruir a memória da pesca no Rio Grande do Norte, através de uma análise dos trabalhos realizados sobre a pesca e comunidades pesqueiras do litoral do estado, enfatizando os aspectos históricos e sociológicos dos mesmos.

Nesta reconstituição é possível delimitar “tempos” ou períodos e contextos histórico e social marcantes na constituição da atividade pesqueira no Rio Grande do Norte e no Nordeste do Brasil, sendo importante sinalizar que os respectivos relatos e retratos de época, sempre parciais, apontam para as transformações históricas e econômicas estudadas e vividas. O texto foi montado em um eixo básico, a fala da escrita sobre a pesca, através de estudiosos do tema.

ESCRIBAS DA PESCA NO RN

Nota-se que a pesca foi descrita e escrita por observadores, jornalistas e pesquisadores, aqui trazemos apenas alguns dos mais importantes na sinalização e caracterizações da mesma.

No tempo das jangadas – O litoral nordestino é tomado por jangadas e nesta fase encontramos em *Jangada*, escrito em 1956 e publicado pela Imprensa Nacional em 1957, por Câmara Cascudo, uma etnografia regional da pesca empreendida em Natal e no estado do Rio Grande do Norte, compreendida na antropologia, na história ou mesmo na literatura. É uma pesca cujo principal instrumento feito pelo homem é a jangada, com o uso da linha e do anzol. Mas existe, segundo Cascudo,¹ paralelamente à pesca de jangada, com linha e anzol, o uso de outros instrumentos, como o *jererê*, “rede triangular, com 40 e poucos centímetros, parecendo uma raquete de tênis”.² A escritura em “Jangada” se caracteriza pela oralidade, como que feita para ser lida em voz alta. Frases curtas intercalando-se a frases extremamente longas percorrem todo o texto. O autor faz uso de uma linguagem pouco formal, lembrando o falar regional do povo e dos pescadores da época retratada. A estrutura do texto é compacta, única, sem subdivisões na primeira parte, “jangadeiro”. As frases são cheias de figuras de linguagem e metáforas. Assim, falando do ex-escravo jangadeiro, João Quicé, que passou dificuldades no mar, Cascudo utiliza as figuras de linguagem “(...) voltou depressa e subiu para casa, mastigando o pavor (...)”.³ Falando dos saberes de marcação dos pescadores, Cascudo diz que não é fácil se guiar no mar, é como “uma marcação num deserto sem elevação e palmeiras”,⁴ uma capacidade cognitiva de usar marcações pouco reconhecíveis por outras pessoas não habituadas a se guiar por morros, bancos e parrachos na ida aos esconderijos dos peixes e na volta para casa. Há no livro enorme quantidade de informações sobre o universo pesqueiro, sendo possível ler desde os peixes mais encontrados, os locais tradicionais de pescarias, a culinária, o temperamento, as crenças destes jangadeiros, até algumas páginas para os mergulhadores. Descreve o temperamento dos pescadores, que não conhecem o pessimismo e o suicídio, e os quais, apesar da dureza do trabalho, teriam muito pouca proximidade com esses sentimentos, próprios da cidade ou de outro nível financeiro: “que dizemos desencanto, desilusão, desânimo, pessimismo, chamam eles perder o gosto da vida (...)”.⁵ O jangadeiro é, antes de tudo, o profissional do silên-

1 Cascudo (1964).

2 Id. *ibid.*, p. 10.

3 Id. *ibid.*, p. 26.

4 Id. *ibid.*, p. 24.

5 Id. *ibid.*, p. 24.

cio que é fiel à sua profissão; mesmo sofrendo com “meia razão”, ele não emigra para outra profissão. Para explicar as razões dessa fidelidade profissional, relaciona a mesma à decorrência de um determinismo biológico, tão em voga na época, do qual as circunstâncias posteriores ao nascimento não podem modificá-la, uma fidelidade surgida da existência da vocação herdada geneticamente.⁶ Cascudo se autoriza a escrever sobre jangadas e jangadeiros por se apoiar nos velhos mestres com quem conversou, e que se transformaram em informantes, vozes que vão desaparecendo com suas mortes, verdadeiros professores. Além dos livros, viagens, observações pessoais, que o próprio autor coletou ao longo de sua vida, desde sua infância ele já travava contatos com os mestres que iam vender peixes para seu pai na sua casa. Para concluir, é característico dessa primeira fase a realização de etnografia com pouca interpretação teórica, tal qual os registros memorialistas e passadistas. Nesse tipo de produção, perceber o contexto que envolve o trabalho e para quem ou com quem ele está dialogando, em termos nacionais, é incerto, visto que não são dados explicitados e, muitas vezes, são intencionalmente ocultados. Neste sentido, a construção social do campo cascudiano fica mais difícil de ser claramente visualizada. Nas fases seguintes, percebe-se a tentativa de sistematização teórica e investigação metodológica elaborada, pesquisas de cunho acadêmico, produzidas pelo ou para o público acadêmico.

6 Id. *ibid.*, p. 21.

No tempo da falta do peixe – Esse período é caracterizado pelas análises que vão focar os problemas da pesca, como o decréscimo do produto pescado e a falta, ou, ainda, o mau investimento governamental no setor pesqueiro. São exemplos desta análise os trabalhos de Tom Miller,⁷ professor da UFRN, sendo do Departamento de Ciências Sociais. O enfoque principal percebido no trabalho de Miller é a ecologia cultural, expressando a preocupação da relação homem/natureza. O pescador é sempre apresentado como um pescador-camponês. Embora Tom Miller enfatize que campesinato é uma categoria socioeconômica não necessariamente restrita à agricultura, ela se difere das conceituações usadas por Diegues⁸ entre pescador artesanal e pescador camponês.

7 Miller (1988).

8 Diegues (1983).

Tom Miller afirma o uso da categoria pescador-camponês dentro de uma análise mais ampla, social e historicamente contextualizada. Deste modo, o jangadeiro, agora pescador-camponês, aparece como referência a um tipo de produção em pequena escala para uso próprio e para um pequeno mercado urbano, no qual há um pequeno nível de capitalização que emerge no seio de uma sociedade fundamentalmente tradicional. Segundo Miller, a crise da pesca se deve a essa mudança de uma pesca artesanal para introduções tecnológicas, época de mudanças culturais, o que afetaria os pescadores que não pudessem adquiri-las para competir em um mercado que se consolida.

No tempo dos pescadores-agricultores – Essa discussão se caracteriza por estudos que classificam os pescadores como pescadores-agricultores, devido a características na produção realizada dentro da unidade familiar, e devido ao fato de muitas famílias de pescadores não viverem exclusivamente da pesca, possuindo também uma agricultura de subsistência. A pesquisa de Francisca Miller realizada entre 1991-1993, que resultou em dissertação de mestrado na UFRN, cujo título, quando da publicação em 2002, pela EDUFRN, é “Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos”, vai ser marcada por essa discussão. De forma enfática, ela sugere que os pescadores da comunidade estudada são litorâneos, analisando a pesca “artesanal”, o processo de trabalho, os instrumentos dos pescadores sob a ótica da influência dos fatores da natureza na adaptação do homem ao mar, ressaltando a mudança na comunidade “a partir de fatores impulsionados de fora, (...) e as práticas sociais, de modo geral, podem ser tomados como aspectos de um processo adaptativo às novas condições vigentes”.⁹

No tempo dos trabalhadores do mar – Esse período é caracterizado pelas análises que inserem os pescadores no modo de produção capitalista da pesca, no qual o pescador é um trabalhador assalariado e explorado pelos donos dos barcos ou pelos seus mestres. Todo o referencial crítico marxista ao sistema capitalista é usado como aporte teórico. Assim, é notável o trabalho “As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Man-

⁹ Miller (2002, p. 28).

gue” de Dario Lima, em 1990, e também o artigo “Implicações nas transformações do pescador artesanal em proletário da pesca” do bolsista de Tom Miller, Daniel A. Silva, em 1988, mimeografado. Em seu trabalho, Silva mostra a introdução da pesca da lagosta em Pirangi do Sul, bem como os barcos com motores, o início do que ele chama “industrialização da pesca” e a sua capitalização progressiva contrastando com a postura tradicional, a qual deixa de ser conservacionista e passa a ser regida pela lógica de mercantilização dos recursos pesqueiros, transformando-se em uma pesca predatória. Época de transição entre a partilha do peixe como pagamento e o dinheiro como salário.

No tempo de mudança com a pesca da lagosta – Na década de 90 são realizados trabalhos de pesquisa com comunidades de pescadores tanto em águas continentais como em espaço marítimo propriamente dito, como o trabalho de Márcia Gramkow, “Os caçadores da barba-de-ouro: mudança e continuidade na sociedade pesqueira”,¹⁰ que irá estudar a prática da pescaria, principalmente o fenômeno da mudança cultural na pesca. Pegando o fenômeno da caça à lagosta por mergulho como um momento exemplar de ruptura com a antiga prática pesqueira, a autora aponta que “no processo mudança/continuidade da sociedade pesqueira, através da nova prática redefine-se o valor e o lugar do saber marítimo e da categoria de mestre no universo da pescaria”.¹¹ Como parte do fenômeno da mudança cultural, surgem as questões de conflito na relação hierárquica entre mergulhadores e mestres, mostrando o novo e o velho como partes de uma estrutura, paradoxalmente, em mudança e em continuidade. Neste sentido, a autora vai procurar romper com a dicotomia mudança/continuidade, situando-a como parte de uma estrutura, como um *habitus* com as noções de cultura e história, criticando os estudos que operam a ideia de pares dicotômicos como ordem/conflito, ruptura/continuidade, entendendo que esta vertente irá priorizar a adaptação dos homens e a construção das condições de produção no meio marítimo, o que faz reforçar as imagens de uma vida e sujeitos pacatos,¹² ao mesmo tempo em que são explicados partindo de um processo de desinte-

10 Gramkow (1996).

11 Id. *ibid.*, p. 29.

12 Id. *ibid.*, p. 29-45.

gração gradual e adaptativo, o que indica uma ideia de reprodução social sem conflito. Portanto, a abordagem realizada pela autora se insere na focalização do *habitus* dentro da perspectiva da pesca e do saber marítimo orientado tanto à prática da pesca artesanal tradicional como à da lagosta. A metodologia de classificação empreendida pela autora revela uma terceira geração de pesquisadores dessa temática no RN.

No tempo da pesca semi-industrial e dos turistas nas comunidades pesqueiras

– O trabalho *Vivendo do Mar: memória, tradição e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN*¹³ vem mostrar o conjunto de esforços das comunidades pesqueiras de manutenção da memória e identidade frente ao mercado, à pesca semi-industrial e aos turistas em suas comunidades, expondo as profundas transformações que estas comunidades tradicionais vêm vivenciando, com a construção das estradas que começam a ligar as praias isoladas por bancos de dunas de areias, móveis e fixas, à capital e a outras cidades. Com o acesso mais facilitado a uma ampla gama de pessoas, essas regiões vão sendo ocupadas por segundas residências de veranistas e pelos empreendimentos turísticos de variados tipos e dimensões. Mais recentemente, a coletânea de artigos de povos de rio e do mar marcam essa perspectiva da autora no livro *Políticas públicas e desenvolvimento: povos de rio, do mar e da terra*,¹⁴ em que é possível ver os eventos históricos mais recentes relativos à ocupação da faixa litorânea do RN, a luta pela preservação das áreas de habitação e trabalho das comunidades pesqueiras litorâneas e as demandas de valorização destas atividades, que, além de práticas econômicas, representam saberes e fazeres específicos, e aspectos culturais e memoriais destas comunidades.

13 Knox (2009).

14 Id. (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha havido nestes últimos 50 anos interesse pelo estudo da pesca, o período das fases em que a produção teórico-me-

etnológica sobre a pesca e pescadores é realizada por acadêmicos, ou para eles, se dá a partir dos anos 1980, com a influência da literatura discutida nacional e internacionalmente. Têm se consolidado os estudos sobre a pesca em comunidades pesqueiras sob a ótica da especificidade marítima. Neste sentido, as populações litorâneas e marítimas são marcadas pelas ideias entrecruzadas entre identidade, natureza e cultura, influenciadas pelo mar. As populações litorâneas e marítimas vivem as transformações da pesca e as tensões entre tradição e modernidade, intensificadas por projetos de remodelação turística da praia e a introdução de novas tecnologias. E, ainda, dos impactos dos modelos turísticos globalizados na importante preservação da memória e do saber local, nos direitos da população “nativa”, para modelos de desenvolvimento que comportem as populações tradicionais.

REFERÊNCIAS

- CASCUDO, L. C. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.
- DIEGUES, A. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ensaio 94/Ática, 1983.
- GRAMKOW, M. **Os caçadores da barba-de-ouro**: mudança e continuidade na sociedade pesqueira. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.
- KNOX, W. **Vivendo do mar**: memória, tradição e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN. Natal: EDUFRN, 2009.
- KNOX, W. **Políticas públicas e desenvolvimento no RN**: povos de rio, povos de mar e da terra. Natal: EdUERN, 2020.
- LIMA, D A. **As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111998>. Acesso em: 23 maio 2022.

- MALDONADO, S. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.
- MILLER, F. **Organização social e os eventos mentais (êmicos) e comportamentais (éticos) de uma comunidade pesqueira no litoral sul do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. 1992.
- MILLER, F. **Barra de Tabatinga**: terra do povo, mar de todos. Natal: EDUFRN, 2002.
- MILLER, T. **A crise da pesca no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1988. (mimeo.).
- POPPER, K. **Conjecturas e refutações**: o progresso do conhecimento científico. Brasília: UnB, 1972.

"NADA DE NÓS, SEM NÓS!": AS ANDANÇAS E LUTAS DA COMUNIDADE CIGANA CALON NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA

Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo
Elma Maria da Silva Abrantes
Lázaro Samuel Veras Bandeira
Fabiola Pereira Gomes Alcântara
Grupo de Trabalho Cigano

INTRODUÇÃO

A crise sanitária apropriada nos marcos do capitalismo financeiro forja uma crise socioambiental, que sai do plano romântico de entender a questão ambiental como uma questão de cunho comportamental, individual, discurso este usado pelas grandes corporações internacionais que têm como maior interesse a continuidade de um processo exploratório-predatório, neoextrativismo-imperial de base colonial que afeta os modos de viver das populações tradicionais, sejam elas: ciganos, comunidades pesqueiras, indígenas, quilombolas, camponeses, etc. Desse modo, é relevante compreender que todo este desmonte dos direitos sociais e ambientais provoca a emergência de uma crise ambiental, acompanhada de uma crise estrutural do capitalismo, guiada por uma política de vidas precárias e de morte.

Da luta ao luto e do luto à luta é um movimento dialético que opera uma compreensão crítica da crise socioambiental mantida e reproduzida na seara de uma classe que detém o poder de transformar a vida em lucro. Assim, urge perceber a produção de desigualdades sociais, ambientais, no contexto da pandemia, que não é

distribuída equitativamente entre os segmentos da sociedade. Um dos exemplos que se pode citar é o fato dos povos ciganos em sua dupla identidade nômade-sedentária enfrentarem o preconceito do Estado e serem privados do acesso aos direitos sociais e ambientais.

Apesar de a gente estar há mais de 30 anos aqui, a comunidade ainda sofre bastante, né, com algumas faltas – como vocês bem falaram. A gente tem reivindicado muito a questão do saneamento básico, é... o acesso a moradia também, a gente tem muitas famílias residindo sob o mesmo teto, às vezes até de barro, né, as casas feitas de barro, principalmente nas outras três comunidades que ficam próximas à escola Poli I, e... a gente tem reivindicado bastante e desde o ano passado a gente trava uma batalha pelas nossas terras, né, que são nossas por direito, a gente já está há mais de 30 anos, já fixamos moradia há mais de 30 anos. Essas terras foram doadas, por Gilberto Sarmiento, só que, o que acontece? Foram doadas, mas foram doadas de boca, né, o documento em si. Como ele já faleceu também, ficaram os herdeiros, né, aí ficou essa nossa luta, né? E algumas casas que estão na comunidade, que foram construídas na comunidade, foram feitas através de um projeto. Então, quando Mariz faleceu, né, que ele foi governador da Paraíba, passou para José Maranhão, que era o vice na época – se eu não me engano – então ele concluiu o projeto, um projeto de casas, né? Tem algumas casas que foram construídas, alguns têm a documentação, mas a grande maioria não tem. Meu pai tem, meu sogro tem, porque eles compraram o terreno, mas a grande maioria das pessoas da comunidade não tem o documento, porque as terras elas foram doadas apenas de boca. Antigamente, como a cidade estava crescendo ainda pra outros lados, né, os grandes empresários ainda não tinham atentado pra construção para o lado de cá, até porque era uma comunidade cigana, a gente era tido como... ainda é tido como um pessoal muito difícil, é, um pessoal violento (entrevista concedida pela Cigana Marcilânia Alcântara, 2021).

Os que mais sofrem são as populações mais pobres, é a classe que vive do trabalho, que nesses tempos catastróficos têm sofrido com o desemprego em massa, condições de vida precárias no que corresponde ao acesso aos bens naturais, como água potável, terra para viver e plantar, moradia e cultura.

NÓS NA PESQUISA/AÇÃO: TECENDO AS TRAMAS DO GT CIGANO

O Projeto Boas Práticas, ao estabelecer um vínculo com as comunidades tradicionais envolvidas, passa a conhecer também a realidade dos sujeitos através, principalmente, de suas histórias e vivências partilhadas cotidianamente a cada encontro e momento formativo. Passado o momento de caracterização da comunidade e dos sujeitos envolvidos nesse trabalho coletivo, debruçamo-nos agora nas reflexões sobre os “nós”, os laços, as tramas e todos os nexos que foram orientadores dos valores objetivados pelo GT em todo o processo de trabalho – processo este que envolve pesquisa, ação, reflexão, escuta e partilha.

Na tessitura final que compartilhamos agora em forma de relatos enquanto bolsistas envolvidos no projeto, vemo-nos impelidos a partilhar sobre nossas metodologias de trabalho, com vistas a inspirar alternativas possíveis.

Nesse sentido, a perspectiva orientadora em nossa construção de conhecimento conflui também para uma metodologia de pesquisa participante, com “perspectiva libertadora”, na medida em que não há subalternização ou sobreposição de conhecimento dentro do campo de saberes que conforma a heterogeneidade e multidiversidade do GT Cigano. Dentro dessa perspectiva, consideramos, portanto, que “a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objetivo a ser desvelado, a realidade concreta”.¹

Certos de que a escolha de metodologias alternativas aos modelos hegemônicos denuncia também o caráter político do saber e do fazer na ciência, reivindicamos os escritos de hooks, em que a autora nos ensina que “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público”.² Com isso, nos propomos, a todo momento, ao engajamento de uma educação popular, articulando os saberes em nossos momentos formativos, protagonizados sempre por todos os sujeitos envolvidos: pesquisadores, profissionais, estudantes e

1 Freire (1999, p. 35).

2 hooks (2013, p. 90).

lideranças da comunidade. Esses saberes, articulados e aqui tecidos, informam também a nossa perspectiva de uma ciência que seja cidadã, rompendo com as lógicas de “segregação e institucionalização no processo de teorização”.³

3 Id. *ibid.*, p. 90.

Para além das ricas contribuições supracitadas, trazemos também influências da antropologia, principalmente a partir das reflexões de Ingold,⁴ em relação a levar os outros a sério – como intitula-se o capítulo de seu livro aqui referenciado. O pensamento desse autor incide diretamente em nossos pressupostos de metodologias alternativas, por se tratar justamente de uma proposição diferente do que ele considera como o fazer antropológico – este que deve ser de engajamento entre imaginação e experiência. Suas contribuições coadunam com as nossas propostas aqui descritas, principalmente na inspiração de uma imaginação antropológica que não se atenha à redoma do conhecimento científico nos moldes mais engessados e não se volte para os povos tradicionais apenas com o interesse descritivo dos modos de vida. Mais do que isso, como convida o autor,

4 Ingold (2019).

precisamos forjar abordagens alternativas ao problema de como viver, que possa sanar a ruptura entre os modos de conhecer o mundo e os de habitá-lo, entre a ciência e a natureza. Essa reconciliação é um passo necessário em direção a um futuro indefinido e sustentável.⁵

5 Id. *ibid.*, p. 18.

Através das contribuições de Teixeira,⁶ pudemos perceber também, no decorrer desse projeto, por meio das trocas e experiências com as companheiras ciganas e lideranças da comunidade, o *continuum* de um anticiganismo de herança colonial que impera e atravessa as vivências e as possibilidades das comunidades ciganas de etnia Calon do município de Sousa-PB. Como consta em nossa partilha de experiências, as comunidades carecem de políticas públicas e direitos básicos que são historicamente negligenciados.

6 Teixeira (2009).

O anticiganismo socialmente difundido e institucionalizado foi agravado com os efeitos da pandemia do Coronavírus, vivenciada por nós desde o ano de 2020. Escancarando uma realidade em que o distanciamento social que nos foi imposto por necessidades

de biossegurança já faz parte de uma realidade das comunidades ciganas de Sousa desde tempos remotos, como nos inspirou a pensar Goldfarb⁷ a partir de seus estudos sobre as representações coletivas correspondentes à população cigana no imaginário coletivo dos não ciganos.

7 Goldfarb (2008).

As reflexões e contribuições aqui empreendidas acerca da comunidade cigana Calon de Sousa-PB partem de diversos sujeitos, orientados por diversas perspectivas. Estabelecendo novas relações entre *calins* – mulheres ciganas, aqui representadas por Marcilânia, Gradycelia e Fabíola; *jurons* – homens não ciganos, aqui representados por Luan Gomes e Lázaro Samuel; e *jurin* – mulher não cigana, na pessoa de Elma Abrantes, o GT Cigano – que tem fortalecido vínculos, plantado sementes e partilhado de forma comum a colheita de conhecimentos que nos propomos a promover desde o início da trajetória do Projeto Boas Práticas – deixa como contribuição essas necessárias e possíveis trocas de saberes, que sejam pautadas por metodologias alternativas e participantes, com perspectivas libertadoras e emancipatórias para nós e para todes. Paraphraseando a cantora Linn da Quebrada, temos a pretensão de que tudo aqui socializado “termine em nós e desate”.⁸

8 Da Quebrada (2019).

CAMINHOS CONCLUSIVOS: “EU NÃO ABRO MÃO DE SER CIGANA, EU ZELO PELA HISTÓRIA DO MEU POVO!”

A formação das múltiplas identidades dos povos ciganos no Brasil e no mundo coopera com a manutenção das diversidades dos modos de existência das etnias ciganas. Então, não há um único modo para definir o que são os povos ciganos, eles vivem no espaço do presente e delineiam as suas lutas a partir da dialética das permanências e das mudanças nos processos sociais da cidade.

Vale salientar que a dimensão do nomadismo está associada principalmente a um processo político de perseguição histórica do Estado brasileiro. Isso, por vezes, impede o acesso amplo e qualificado dos ciganos e das ciganas aos direitos básicos de sobrevivência. Há que salientar, ainda, que isso vem mudando, a comunidade cigana passou a se apropriar do seu direito de espaço de fala.

Portanto, os povos ciganos resistem ao esquecimento do Estado, disputando lugares de existência política. Seu desapego à terra não significa que não necessitam dela para construir seus modos de viver. Cabe destacar que o modo de vida europeu, ocidental, colonial, não é mais o único modo de pensar o mundo, de pensar a vida. Há outros mundos possíveis, e nestes os ciganos e ciganas vêm colaborando em sua reinvenção.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, M. Entrevista concedida em 2021 à pesquisa do PIBIC/CNPq/UFCG. Sousa/PB, 2021.
- DA QUEBRADA, L. **Linn da Quebrada – Oração** (Clipe Oficial). YouTube. Publicado em: 2 nov. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI&ab_channel=LinndaQuebrada. Acesso em: 23 maio 2022.
- FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-lo melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, C. (org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- GOLDFARB, M. Definindo os ciganos: as representações coletivas sobre a população cigana na cidade de Sousa-PB. **Ariús**: Revista de Ciências Humanas e Artes, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 76-82, jan./dez. 2008. Disponível em: https://www.ch.ufcg.edu.br/sites/arius/01_revistas/v14n1-2/07_arius_v14_n1-2_d6_definindo_os_ciganos.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- INGOLD, T. **Antropologia**: para que serve? Petrópolis: Vozes, 2019.
- TEIXEIRA, R. C. Ciganos no Brasil: uma breve história. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.
- TEIXEIRA, R. C. **Ciganos no Brasil**: uma breve história. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

Seção II

Produzindo relatos e imagens

RELATO

DE DENIZE BARACHO, LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÃO DE MARICULTURA E BENEFICIAMENTO DE ALGAS DE PITANGUI

4

José Gomes Ferreira
Winifred Knox
Denize Baracho
Grupo de Trabalho Mar

HISTÓRIA E OBJETIVOS DA AMBAP

Quando iniciamos a AMBAP – Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui, havia um projeto de Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras na praia de Rio do Fogo com mulheres que vendiam as algas a R\$ 7,20. Em Pitangui vendíamos para o atravessador a 30 centavos. Na época estudava biologia e tinha um idealizador na comunidade que estava trabalhando com outras mulheres que trabalhavam com o beneficiamento do pescado, aí que pensamos em organizar mulheres e fazer esse projeto. Fomos ver o projeto em Rio do Fogo e discutimos se haveria interesse. As meninas ficaram encantadas pelo fato de começarem a ganhar R\$ 7,20.

Começamos a Associação em 2007. Colocamos a primeira balsa no mar com a ajuda de alguns pescadores. Toda a semana, fazíamos uma rifa e sorteávamos para poder comprar o material. Fizemos as balsas! Quando fomos ao Ministério da Pesca, a antiga Secretaria de Agricultura e Pesca, falaram que Pitangui não tinha potencial para cultivar algas, que o local para cultivar algas era onde era o porto de Pitangui e não poderia ser alterado. Nós, com muita luta, com muito sacrifício, fomos teimosas, atrevidas, e conseguimos mostrar que éramos diferentes.

Seis meses depois, quando voltamos à SEAP, já tínhamos produto das algas que estávamos cultivando e ainda estávamos na formação. Começamos a formação para ver o que se conseguia fazer com as algas. Primeiro foi um sabonete e uma gelatina. Conhecemos Silvana, do SEBRAE, que foi quem deu a formação. Era com plantas medicinais, no início usávamos corante. Começamos a usar o extrato das plantas para tirar a tintura de raiz, casca, folhas e para adicionar propriedades medicinais nos cosméticos. Quando surgiu o Plano de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, mudamos para os alimentos e passamos a produzi-los para a Merenda Escolar. Era doce, mousse e bolo. A partir daí, começamos a ver um retorno. Através das algas e de um grupo formado e organizado, mostramos que tinha como ter um retorno.

Depois vieram projetos maiores, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, primeiro pela antiga FAPERN, com a professora Winifred Knox, que já tinha feito um trabalho em Pitanguí com as mulheres que trabalhavam com algas arribadas e depois ficou sabendo da Associação. Outrora, a coleta de algas era por família. Cada família tinha o seu espaço para coletar. A Associação também surgiu como uma família, mas com várias pessoas. Cada família tinha representantes dentro da Associação.

Teve muita luta e muito sacrifício. Choro teve muito! E muita briga. Pescador fala, mas falar, fala mulher, e brigar, briga mulher. Porque quando se juntam, minha Nossa Senhora! Só Jesus mesmo para ter graça de dar sabedoria. O bom é que, além disso, criamos um elo muito grande. Cria um amor, cria uma amizade, que não fica só ali entre quatro paredes, vai muito mais além.

Também tivemos muitas perdas. Perdemos uma companheira por conta do machismo do esposo. Diferente da pesca, na maricultura só se tem dinheiro quando se produz e às vezes fica muito difícil produzir. A coleta de algas ainda não é um trabalho muito reconhecido. Aqui no Nordeste não se tem muito valor no tocante a alimentos ou à própria alga *in natura*. Esse entendimento dificulta a atividade, e quando a tentamos legalizar, é tudo muito complicado. Quando se vai para uma prefeitura pedir um alvará, uma vigilância sanitária, um CNPJ, um cartão, tudo é muito

complicado. Inicialmente tínhamos que fazer uma fábrica de cosméticos, mas o alvará da vigilância sanitária era o mesmo alvará que a empresa Unilever tem. Mesmo como atividade artesanal, tínhamos de estar nos padrões da Unilever, então era inviável.

Foi no sentido de se avançar que se passou para a produção de alimentos. O nosso carro-chefe seria cosméticos, aí passamos a trabalhar com alimentos. Hoje o nosso carro-chefe é o alimento, tem mais escoamento. Fizemos um plano de negócio e vimos que a produção de alimentos tinha um retorno. Se você for a uma feira e lhe agradar um sabonete, você compra, mas amanhã não volta para comprar porque ainda tem um sabonete. Mas se você for à feira comprar um bolo, se você comer e gostar, você, além de levar para casa, volta para comprar porque gostou, porque já comeu e gostou. Foi aí que começamos a trabalhar com a UFRN, os pesquisadores começaram a fazer a análise nutricional dos alimentos e a destacar a importância das algas.

Fui vários anos presidente, Maria Izabel também passou uns três ou quatro anos como presidente. Já estou com dois anos novamente na gestão. A gente vai ficando velha, mas não desiste. Devagarinho vamos conseguindo chegar lá e cada ano é de conquista. Antes da pandemia, tínhamos tudo em dia, veio a pandemia e parou tudo. Há dois anos, a Associação estava no topo. Tínhamos uma grande encomenda de bolos e um projeto para uma fábrica, já tínhamos o alvará sanitário e o CNPJ, mas foi quando veio a pandemia. Parou a escola, parou tudo. Agora estamos retomando novamente, já conseguimos a vigilância sanitária, estamos com o CNPJ organizado e estamos continuando na luta.

DIFICULDADES E ARTICULAÇÕES

Uma das maiores dificuldades que enfrentamos foi com o equipamento. Tivemos dificuldades também com a questão da organização jurídica. No começo nunca conseguimos apoio da Prefeitura, com a atual gestão temos conseguido. Se pontuar qual a maior dificuldade da Associação dentro da Rede de Macroalgas, hoje é o

meio ambiente, porque os bancos naturais não existem mais. A falta dos bancos naturais é resultado da predação do homem. Onde se tiram as algas, se não for da forma correta, a alga não nasce mais e perdemos o coral, ou seja, ficamos sem algas. Estamos sofrendo muito com isso.

Tínhamos o maior banco de algas do Nordeste na praia de Rio do Fogo, rapidamente começaram a aparecer compradores e venderam-se muitas algas baratas. Acabamos com o banco de algas de Rio do Fogo. Tínhamos o banco de algas de Baía Formosa, hoje temos dificuldade em achar algas na Baía Formosa. Não sabemos onde tem mais algas no Nordeste. Como vamos manter um projeto de algas se não temos algas? Existem alguns projetos da Universidade para criar algas em laboratório, que é a gracilaria, que é o macarrão. Estamos querendo ver a questão da *kappaphycus*, mas tem muitas complicações.

Conseguimos mostrar que o projeto Pitangui era importante, antes não viam importância. O próprio Ministério da Pesca sempre foi puxando mais para Rio do Fogo. Podemos ser oito, mas quando queremos, damos conta. Adilson fez uma encomenda de dois mil bolos e eu de imediato aceitei. Quando fui falar com as meninas, elas disseram: “Não, a gente não dá conta!”. Insisti: “Se a gente se organizar damos conta”. Elas responderam: “Denize você é doida, é tudo velha doente, não vamos aguentar”. Expliquei: “Vamos lá por número. Eles vão pagar tanto, vamos ficar com tanto. Vale a pena! Então vamos fazer”. Em três dias conseguimos entregar os 1.900 bolos. Na época foram seis pessoas trabalhando, em três dias conseguimos produzir quase dois mil bolos.

As meninas do Rio do Fogo tiveram tudo, até a água mineral era patrocinada por um projeto da FAO, e nós, com menos de seis meses, começamos a produzir coisas que elas ainda não produziam. Quando você tem determinação, força de vontade e as várias portas na cara, creio que também ajuda muito. Se tivéssemos encontrado a primeira aberta, “chegue, sente aqui, vamos fazer e tal, o projeto vai sair, mas tenha paciência”, a gente tinha se acomodado, estávamos até hoje sentadinhas no sofá esperando o projeto acontecer. Mas quando levamos com a primeira porta

na cara, a segunda, a terceira, aí veio o instinto de mostrar que conseguíamos e íamos fazer acontecer.

Enfrentamos muito machismo na comunidade pesqueira, sempre gosto de frisar que temos o machismo entre as próprias mulheres, é o machismo que mais incomoda, daquelas mulheres que já foram acostumadas. Gosto muito do relato da companheira Josie, que dizia assim: “o papel da mulher, eu fui acostumada assim, tenho que cuidar da casa, do meu marido, dos meus filhos, dos meus gatos”. Tradicionalmente, a mulher tinha que ficar esperando, cuidando da casa, cuidando dos filhos. Não tinha outra finalidade. Quando começamos com a Associação, tínhamos muita reunião e muita formação, todo dia tinha. As mulheres foram se acostumando e foram gostando, conhecendo outros mundos. Mas aí começaram os conflitos dentro de casa. Quem ia cuidar do filho? Quem ia deixar o almoço pronto? Em relação ao caso de D. Glória, quando o marido era vivo, era um problema muito grande para ter reunião pela manhã. Podia deixar o almoço pronto, mas o esposo dela só comia se ela estivesse lá para colocar a comida no prato. Às vezes ela saía, deixava as panelas tudo em cima da mesa, tudo pronto, quando chegava, ele ainda não tinha almoçado, esperando por ela, tinha que ter Glória para botar a comida no prato.

O homem pescador sempre teve essa dependência da mulher em casa. O meu esposo trabalha embarcado, faz tudo quando está embarcado, mas quando chega em casa não faz nada. Pergunto a ele: “Como é que você consegue passar 20 e poucos dias no mar e em casa não consegue fazer nada? E no barco, quem é que faz?”. O homem pescador tem essa dependência que vem de antigamente. Então, quando começamos a ver o mundo diferente, como Josie fala, quando ela entendeu que ela era uma cidadã, ela não era apenas uma mãe, uma mulher e uma dona de casa, começamos a ter outros valores. Foi bem complicado, tanto que ela saiu da Associação porque o marido pediu para escolher “ou era a Associação ou era a família”, e ela optou pela família, mas a gente hoje tem um bom contato com ela. E depois de muita luta, conseguimos ter o marido dela ajudando quando precisamos – ele coopera com a Universidade, mas não quer a mulher na Associação.

Dentro da comunidade, tivemos muito que enfrentar, pois éramos um bando de desocupadas, não tínhamos o que fazer em casa, estávamos na praia zoando. Onde estamos tem muita zoada, tem muita alegria, tem muito divertimento, tem muita conversa, tem muita risadagem, que muitos não entendiam, porque viam a gente, mas não viam dinheiro. As pessoas da comunidade querem o dinheiro rápido tal como o pescador, que pescou, trouxe o peixe e vendeu-o e está com o dinheiro. Quando se trabalha com um projeto social não é assim, não temos o dinheiro do dia para a noite, e quando temos projetos, o dinheiro não é nosso, não é para se gastar quando se quiser. É difícil esse entendimento e esse preconceito.

Quando a comunidade começou a ver os produtos na Merenda Escolar, mudou de opinião. Os nossos filhos começaram a ver o bolo e a sentir orgulho de vê-lo na escola: “Oh esse bolo quem faz é lá onde minha mãe trabalha, é minha mãe que faz!”. Quando veio a geração de renda, conseguimos juntar algum dinheiro, e com ele comprar uma televisão, uma comprava isso, uma comprava aquilo. Nesse momento a maricultura e a Associação começaram a ter importância dentro da comunidade, e quando começaram a ver a UFRN, o Santander e outros órgãos, pensaram: “Ah, tem um carro de não sei quem ali, tem um carro do IBAMA, tem um carro do IDEMA, tem não sei quem, tem a Inter TV Cabugi, está ali fazendo uma filmagem”. A comunidade começou a ver a Associação de uma forma diferente. Significou que aquelas mulheres que estavam na praia, que só faziam zoada, trabalhavam para a comunidade. Hoje ainda tem um ou outro homem que tem aquele preconceito, mas as mulheres são bem-vistas. São reconhecidas. Hoje a Secretaria Municipal de Pesca e a Prefeitura de Extremoz conseguem entender e reconhecer o projeto. Foram 15 anos, mas que estão valendo a pena. Agora que ela já está adolescente, uma debutante, está fazendo valer muito a pena. Quanto ao futuro, tentamos fazer projetos para chamar atenção do jovem, mas para isso o dinheiro tem que estar no meio, porque é muito difícil um jovem ter uma consciência social, de querer fazer trabalho social sem ter um retorno financeiro.

RELATO

DE ARMANDO DOS SANTOS CORREIA FILHO, LIDERANÇA DOS PESCADORES DE PONTA NEGRA

Winifred Knox
José Gomes Ferreira
Daniel Pereira Barreto
Armando dos Santos Correia Filho
Grupo de Trabalho Mar

HISTÓRIA NA PESCA E LIDERANÇA DOS MOVIMENTOS

Quando tinha 5 anos, os meus pais me levavam para a beira da praia, o meu pai pescava de arrastão, e eu pegava os peixinhos menores e fazia uma pocinha na praia e com a varinha fazia o gesto como se estivesse pescando. Fui uma pessoa muito observadora e sempre com a varinha ficava ali pescando e aprendendo o manejo. Os barcos iam para alto-mar e eu ficava observando todos os dias quando eles saíam e traziam o pescado. Em uma primeira tentativa, pedi a um dos pescadores se toparia me levar para alto-mar: “Rapaz, você não tem experiência e nem é bom você ir, porque muita gente enjoa e eu não sei o que pode acontecer com você em alto-mar”. Os pescadores nunca queriam me levar, dado o perigo que podia acontecer. Mais tarde falei para um deles pedir aos meus pais autorização para que me levasse. O meu pai falou “não me importo não, porque ele já conhece muita coisa da pesca e eu quero ver se ele vai ter força de querer estar nesse lado da pesca”. Antes de partir, um senhor chamado Raimundo de Congo disse: “vou ensinar uma coisa a você – quando você partir, engula só um gole da água aqui de terra”. Aí eu engoli e lá fui. Quando cheguei próximo de onde ia arriar o material de pesca, ele disse:

“agora engula um pouco dessa água daqui e me fale o que é que você está sentindo”. Engoli e não deu nada: “Então você vai ser um futuro pescador, você não vai enjoar”. Foi dito e feito, eu não enjoiei. Comecei a ir com ele e fui aprendendo esse lado da pesca. Para ser um pescador profissional, tinha que fazer um curso e em 2009 fiz o primeiro curso de Pescador Profissional, tirei a minha carteira e me cadastrei em uma Colônia de Pesca. Foi aí que eu conheci a presidente da Colônia, D. Rosa, e fui revelando esse lado da pesca, aprendendo muitas orientações. Como ela conhecia um grupo de pesca com mais de 50 anos, que é a CPP – Conselho da Pastoral dos Pescadores, me convidou para participar de algumas reuniões. Mais pescadores foram chamados para participarem desse curso e conhecerem esse lado da CPP. Eu não conhecia o MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, tive orientação através de Ditá e do Helinho, sobre a forma como era a pesca dentro das comunidades e para que serviam os movimentos em termos de experiências associativas, na informação sobre os nossos direitos dentro da pesca e como fazer para tirar os seus documentos. Tínhamos orientação na Colônia sobre como fazer o cadastro de associados, mas não sabíamos como funcionava uma Pastoral de Pescadores.

Em três anos, tive um convite do MPP para participar da primeira assembleia na praia de Batoque, no Ceará. Assim conheci o Movimento dos Pescadores e Pescadoras e vi que estavam representados por um coordenador estadual. Fiquei com curiosidade em saber o que era ser coordenador. Fui conhecendo a D. Dicélia, de Erivan, que já estava engajada há mais de dois anos dentro do Movimento, e passei a participar das reuniões até receber um convite para passar a coordenador, desde então faço parte da Diretoria de Coordenação do estado do Rio Grande do Norte. Durante todo este tempo, foram muitas as conquistas, por exemplo, junto do Ministério Público, em Brasília e aqui no RN. Teve também muitas perdas aqui nesse estado e nos outros. Em 2019, teve o derramamento do petróleo, um desastre muito grande dentro da comunidade, não podíamos ir para o mar. Passamos quase um ano sem pescar e não sabíamos de onde tirar o recurso para a família.

A Marinha alertou para não entrar no mar por se encontrar o pescado contaminado com o petróleo, mas para os pescadores o que valia mesmo era a fome e estávamos com necessidade de garantir o sustento para nossa família. A comunidade ficou parada um ano devido ao acidente e nem governo e nem prefeitura nenhuma veio nos acolher nem dar auxílio para comprar os alimentos para sustentar as nossas famílias. A crise era grande, o problema estava grande, porque não tínhamos de onde retirar nosso sustento, enfrentamos o problema com grandes dificuldades.

Outra área de perdas é o fato de estarmos sendo saqueados pela urbanização, com esses empreendimentos tomando o nosso espaço pesqueiro dentro das nossas comunidades. Principalmente dentro de Ponta Negra também, mas é em todo litoral do RN, o turismo está crescendo muito e tomando o que é nosso por direito. Estamos procurando defender o que é nosso por direito dentro da Justiça. Infelizmente a própria Prefeitura não liga muito para nós como pescadores. Tem um gringo que chegou há mais de cinco anos, que comprou a parte da frente do terreno do estacionamento dos barcos e construiu um espaço sobre o qual está pagando IPTU. Fomos procurar junto de D. Rosa os nossos direitos e ficamos sabendo que ele tinha comprado o terreno e pagava IPTU. Fomos procurar defender os nossos direitos e fomos rejeitados pela Prefeitura, porque ele era dono e pagava o IPTU daquele módulo. Isto acontece não só em Ponta Negra, mas também em Galinhos, Macau e noutras comunidades pesqueiras do estado. A preservação da lagosta é outro problema. Temos um tempo de não pesca, de defesa da pesca da lagosta. Na comunidade de pescadores de Ponta Negra e comunidades como do Canto do Mangue, Areias Pretas e Redinha, percebemos esse lado do defeso; só que chegam pescadores de outros estados, que fazem o que se chama “comer a lagosta”, retirando o nosso pescado quando está no defeso. A gente preserva a desova da lagosta e é impedido pelo IBAMA de pescar, mas quando chega outro pescador, ele pode pescar o ano inteiro sem ser impedido.

AS MULHERES E A PESCA EM PONTA NEGRA

As mulheres pegavam o marisco na praia de Alagamar e pegavam algas que vendiam em Ponta Negra. Com a apanha do marisco é que a minha mãe nos sustentava. As condições naquela época eram difíceis e ela pegava o marisco e o meu pai pescava. Meu pai saía de madrugada e só chegava à noite, às vezes pegava a gente dormindo, a gente nem via nosso pai nem sair e nem chegar. A nossa mãe, quando não estava pescando o marisco, estava colhendo mangaba. Através desse lado, ela sustentou-nos quando as coisas estavam difíceis, porque a pesca tem um tempo em que fica fraca e não tem onde retirar o recurso. Ela procurava esse lado das frutas para depois vender para comprar os alimentos para dentro de casa, para ter um meio de renda.

A União doou a praia de Alagamar para a Aeronáutica, interditando-a à pesca. Muitas pessoas viviam dali e ainda hoje não sabemos o motivo de interditarem aquele lado e não deixarem pescar. É triste e muita gente até hoje pergunta por que eu, representante dos pescadores, não solicito pelo menos aquela entrada para pescar. Já mandamos três ofícios para a Aeronáutica, estamos aguardando uma reunião, mas já passaram quase três anos e não tivemos êxito. O lado positivo é que temos conhecido pessoas e outras organizações solidárias com esse lado das marisqueiras e com o acesso ao outro lado da Alagamar.

A VIDA DE PESCADOR É TAMBÉM FEITA DE DIFICULDADES

A preparação da ida ao mar é constituída de uma primeira etapa de verificação de como se encontra a maré e o estado de conservação dos barcos, verificando se a maré foi prejudicial aos barcos. Na embarcação é necessário o pescador levar água e alimento, sobretudo alimentos leves, como frutas. A segunda etapa é feita na praia, envolvendo a preparação da jangada. Nesse momento, é feita a verificação das questões de segurança, designadamente

equipamento de sinalização, análise dos ventos e localização geográfica. A Marinha ensina que é preciso fazer um gráfico mental e físico de como será o trajeto, é importante o pescador fazer o curso de navegação.

Após esse preparo, é feita a saída das embarcações por volta da meia-noite e meia ou uma hora da madrugada para chegar de 9 horas, 9h30min, até 11 horas. Se não chega até esse período de 11 horas, é porque aconteceu alguma coisa no mar e a gente é acionada e inicia a procura. Sabemos que a maioria dos pescadores pesca na área desde Cotovelo, Pirangi e Búzios. É a área em que o pescador mais pesca. Nesse sentido, já temos uma área de pesca em gráfico. Caso o pescador se perca, dividimos as buscas no mar. Fazendo uma busca para ver se tem algum êxito de achar alguma coisa que tenha acontecido. Às vezes a pesca também é boa, quando ela está boa é uma maravilha, porque a gente está tendo êxito. Mas chega a época da ventania, que é muito forte, aí a crise é grande, mesmo para a gente ter um êxito na nossa vida como pescadores. Os ventos deixam o mar em fúria, com muitas ondas grandes, e chega a rebentar o nosso barco, não deixando a gente pescar.

PRINCIPAL PROBLEMA DOS PESCADORES DE PONTA NEGRA

A engorda está sendo um problema muito grande, mas o nosso maior problema são esses empreendimentos, porque infelizmente a Prefeitura dá uma voz ativa de dizer que ninguém coloque nada à frente do nosso estacionamento dos barcos, mas é cheio de comércio. Vai chegar um tempo em que, quando surgir a engorda, a população do comércio da comunidade de Ponta Negra vai crescer mais, porque vai abrir um espaço maior e vão botar mais comércio e muita gente vai querer vender. A briga no momento é muito grande quanto a isso. Sou contra a engorda, porque quando fizerem, estarão mexendo no meio ambiente. Vão tirar terra de dentro do mar, onde tem ali vários tipos de invertebrados que

servem de alimento para o peixe, e vão tirar terra da moradia deles, muitos desovam naquela lama, é o berçário deles. Aque-la terra serve de alimento para os peixes pequenos. Vão colher essa terra dentro do mar, vão jogar para terra, vão matar muitos seres vivos e a previsão de tudo isso é de dois a três anos, mas a engorda vai demorar a se consolidar, vai ter um tempo para enxugar, e ao enxugar vai esquentar e vai ficar um fedor muito grande dos seres vivos que acolheram. A praia vai ficar suja mais de um ano, igual às outras praias onde fizeram esse trabalho. Vai crescer, vai ficar bonito? Vai, pode melhorar a área do comércio, mas, em compensação, para os pescadores não vai haver melhora. O mar sempre vai querer o que é dele e um dia vai destruir o que fizeram com ele. Os nossos pais e avós falavam muito que, sempre que você fizer uma coisa contra o mar, um dia ele vai querer o que é dele. Quando você mexe na natureza, um dia ela vai ser contra você, principalmente o mar. A subida da água do mar está devastando tudo e provocando estragos nos barcos. Nesse processo a Prefeitura nada nos comunicou, não nos chamou para uma conversa, porque através de uma reunião com a comunidade poderíamos dar uma ideia de como melhor fazerem o trabalho. Ia ser melhor para eles e para nós, mas não nos consultaram sobre como fazerem e deixarem a área dos pescadores mais preservada.

A IMAGEM COMO REPRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Marina de Siqueira
Grupo de Trabalho Mar

FOTOGRAFIA, A REPRESENTAÇÃO DO REAL E DO SOCIAL

Não há pensamento sem imagens. Piaget e Moscovici¹ afirmam que o pensamento humano é constituído de imagens e palavras, numa relação dinâmica entre os dois códigos de pensamento e comunicação. A observação de uma imagem é produtora de sentidos, mobiliza atividades intelectuais decorrentes de um processo mediado por aspectos históricos e culturais.² No entanto, para que isso ocorra e a fotografia seja uma representação do mundo, é preciso haver contemplação. É a contemplação que faz o espírito se reconciliar com os sentidos, possibilitando a significação de tais imagens.³

Temos assim que as imagens pensam e fazem pensar,⁴ o que repercute no modo como cada um interpreta o mundo à sua volta.⁵ A construção do sentido de uma fotografia envolve uma mudança no relacionamento com o mundo, forçando-nos a buscar novos modos de agir e compreender as coisas.⁶ A fotografia permite que o observador se relacione com aquilo que vê. Existe um antes e um depois do contato com a imagem. Produzir imagens é, então, criar histórias através das quais o homem pode comunicar e compreender sua própria existência.⁷ Assim, o ato fotográfico⁸ não está reduzido ao movimento de acionar o diafragma. As imagens se

1 Piaget (1977), Moscovici (1978).

2 Barthes (1990), Joly (2009, 2012).

3 Novaes (2005).

4 Samain (2012).

5 Spink e Medrado (2000).

6 Id. *ibid.*

7 Sá (2018).

8 Dubois (2010).

conectam a um fio discursivo e retomam uma memória a partir do que armazenamos ao longo da vida e, sobretudo, diante de singulares condições de possibilidades históricas.⁹ Para o observador, a fotografia é contemplação e espelho ao mesmo tempo.

A fotografia é também um “lugar de encontro” de narrativas e memórias onde se revelam sentidos, memórias e emoções. É uma linguagem em cujo diálogo participam tanto o autor quanto o observador.¹⁰ O autor permite que a cena se torne visível e o observador transforma a fotografia em uma forma de linguagem. A observação de uma imagem pode conduzir o observador de uma mensagem literal a uma mensagem simbólica.¹¹ É, pois, importante um processo de educação para que se possa aprender a ler e comunicar através das imagens e encontrar caminhos diferentes do *status quo*. No entanto, a maior parte das pessoas é analfabeta visual.¹²

A reflexão sobre o uso da fotografia como documento e forma de conhecimento do mundo implica também na análise de sua condição de construção histórica na perpetuação da memória, do ponto de vista do grupo social que produziu.¹³ Todo o processo de produção da imagem é permeado por elementos ideológicos da concepção de realidade e da visão de mundo de cada um dos envolvidos.¹⁴ Assim, a imagem é sempre parte do pensamento, da linguagem, da memória, história e cultura vivida por cada um deles.¹⁵ São tecidos, malhas de silêncios e ruídos.

A comunicação, a velocidade, a produção de signos e imagens multiplicáveis, indefinidamente, são alguns dos símbolos da época que se convencionou chamar de pós-moderna.¹⁶ Fotografamos com muita frequência, e, com a ampliação dos dispositivos móveis equipados com câmera fotográfica, o ato de fotografar se tornou corriqueiro, renovando os seus usos e funções, sendo capaz de levar uma mensagem a qualquer lugar através da internet. A imagem substitui a palavra e se faz presente na rotina. Buscamos nas imagens a verdade dos fatos e nos encontramos com meras imagens da verdade, a aparência dos fatos.

9 Gregolin (2011).

10 Volpe (2007, p. 175).

11 Barthes (1990).

12 Dondis (1997).

13 Pollack (1989).

14 Ciavatta (2012).

15 Samain (2012).

16 Lyotard (1979).

A FOTOGRAFIA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Das experiências pioneiras com os primeiros processos fotográficos até o século XX, tivemos mudanças não só no suporte e na aparência de uma imagem fotográfica, mas também como nos relacionamos com ela e como ela penetra em nosso cotidiano. Muitas vezes a fotografia é usada para dar visibilidade e representatividade. Para as comunidades tradicionais, ela adquire significado da resistência.

“Informar!” é a resposta que o homem lança contra a morte. Pois é de tal busca da imortalidade que nasceram, entre outras coisas, os aparelhos produtores de imagens. O propósito dos aparelhos é o de criar, preservar e transmitir informações. Nesse sentido, as imagens técnicas são represas de informação a serviço da nossa imortalidade.¹⁷

17 Flusser (2012, p. 32).

Vivemos na idade da superinformação. Com a Revolução Industrial, as novas tecnologias, a massificação e globalização, a representação da coisa, ou seja, a imagem dela, vale mais do que o objeto por si próprio.¹⁸ O mundo passa a ser uma ficção volátil, que existe enquanto é visto e deixa de existir quando sai do noticiário, da mídia.¹⁹

18 Medeiros (2011).

19 Costa (2004).

As comunidades tradicionais possuem o cotidiano permeado pela luta e resistência para conquistar e defender seus territórios e as suas tradições. O uso da palavra tradicional pode remeter a algo parado no tempo, no entanto, essas comunidades têm direito a reinventar outras formas de ser e estão em constante movimento, configurando novos movimentos sociais. Surge, então, uma questão: como a imagem pode auxiliar as comunidades tradicionais? (Figuras 3 a 8).



Figura 3: Denize Baracho, liderança da AMBAP.
Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.



Figura 4: Armando Santos (Beto), liderança regional do MPP (Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais).
Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.



Figura 5: Oficina realizada com Maricultoras em Pitangui.
Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.



Figura 6: Evento em memória ao derramamento de óleo no mar. Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.



Figura 7: Oficina realizada com Pescadores em Ponta Negra. Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.



Figura 8: Oficina realizada com Maricultoras em Pitangui. Fonte: Autoria própria, com autorização dos(as) integrantes do projeto.

É inegável a proporção que alcança uma simples imagem fotográfica. Os meios de comunicação a utilizam amplamente para dar credibilidade às suas informações. A fotografia compõe um universo de comunicação, criação, revelação e ocultação, contribuindo significativamente para a formação de opiniões, mudanças de valores, hábitos e atitudes.²⁰ Exerce também um papel social, potencializando a identidade enquanto grupo social, representando um testemunho de existência²¹ e pertencimento.

20 Cruz (2003).

21 Busselle (1979).

Através da imagem, os indivíduos podem reconhecer e reafirmar seu lugar, seu mundo, seu espaço e sua identidade. Essa construção pode se dar através do reconhecimento da realidade social e política dos indivíduos. O reconhecimento de si mesmo passa pela construção e reconstrução da identidade.²² A fotografia é, assim, um elemento essencial para registro histórico, funcionando como instrumento de comunicação em aspectos culturais, identitários, coletivos e informacionais. O reconhecimento do seu universo permite a construção de uma identidade cultural, seja individual ou coletiva, tornando-se o sujeito mobilizador dos processos e mudanças que motivam a realidade do seu tempo. Por isso, ocupar o ambiente midiático é condição indispensável na sociedade em que as formas de comunicação e sociabilidades estão cada vez mais conduzidas pelos meios de comunicação massivos.

22 Medeiros (2011).

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. A retórica da imagem. *In*: BARTHES, R. (org.). **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-43.

BUSSELLE, M. **Tudo sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Thomson Pioneira, 1979.

CLAVATTA, M. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 1, p. 33-45, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a04.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

- COSTA, J. **O Vestígio e a aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CRUZ, V. V. **Educar o olhar é preciso**. Texto escrito para o curso de Especialização no Ensino da Comunicação. Módulo: Fotografia. Juazeiro, UNEB, 2003.
- DONDIS, D. A. **A sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 2010.
- FLUSSER, V. **O universo das imagens técnicas**. Coimbra/São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2012.
- GREGOLIN, M. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. *In*: PIOVEZANI, C. *et al.* (org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011.
- JOLY, M. **La imagen fija**. Buenos Aires: La Marca Editora, 2009.
- JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 2012.
- LYOTARD, J.-F. **La condition postmoderne**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- MEDEIROS, M. I. Imagem e Identidade: algumas aproximações. *In*: CORADINI, L.; MILLER, F. (org.). **Imagem e meio ambiente**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 89-99.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- NOVAES, A. A imagem e o espetáculo. *In*: NOVAES, A. **Muito além do espetáculo**. São Paulo: Editora Senac, 2005. p. 9-15.
- PIAGET, J. **A imagem mental na criança**. Porto: Livraria Civilização, 1977.
- POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3(3), p. 3-15, 1989.

SÁ, A. A Imagem fotográfica como representação e documento.

Informação & Sociedade: Estudos, v. 28, n. 1, p. 91-108, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/37898>. Acesso em: 23 maio 2022.

SAMAIN, E. As imagens não são bolas de sinuca: como pensam as imagens. In: SAMAIN, E. **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. p. 21-36.

SPINK, M.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para a análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-61.

VOLPE, A. J. **Fotografia, narrativa e grupo**: lugares onde pôr o que vivemos. 197 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-05052008-171045/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

O CONGO DE CALÇOLA: MESTRE PEDRO E SUA ATUAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE PESQUEIRA DE PONTA NEGRA

Daniel Pereira Barreto
Pedro Santos Correia
Armando dos Santos Correia Filho
Grupo de Trabalho Mar

INTRODUÇÃO

O Congo de Calçola é uma manifestação cultural de origem africana que traz consigo elementos presentes no sincretismo religioso brasileiro, associando elementos das danças guerreiras africanas aos do cristianismo, tendo chegado ao Rio Grande do Norte, com destaque para os municípios de São Gonçalo do Amarante e Natal. Na comunidade de pescadores de Ponta Negra, Natal, a família Correia, representada hoje pelo Mestre Pedro Santos, tem sido herdeira dessas práticas, cujo ciclo remonta ao período da escravidão brasileira, que durou mais de 400 anos.

CONGO DE CALÇOLA E IDENTIDADE CULTURAL DA VILA DE PONTA NEGRA

A cultura popular a partir do Congo de Calçola ainda se faz presente no território onde hoje é a Vila de Ponta Negra, por meio da presença da família Correia. Para o Mestre Pedro Correia, a sua família foi pioneira na região desde as primeiras gerações em

Ponta Negra. A tradição do Congo de Calçola permeou a família desde muito cedo, pois ela própria era descendente de escravos e essa manifestação cultural era a forma que os antepassados encontravam para se contraporem à opressão dos coronéis e barões de antigamente. A prática do Congo de Calçola na região traz consigo o conhecimento sobre as origens africanas da comunidade, em que a alegria estava presente através da representação cênica mesmo em momentos dolorosos.

Pedro Santos Correia é nativo da região de Ponta Negra, onde reside até os dias atuais. Possui 67 anos, tendo vivido e sobrevivido da pesca artesanal como profissão. É entusiasta da dança folclórica Congo de Calçola, que é pautada na alegria e resistência frente à opressão (Figura 9). A sua família está vinculada ao território de Ponta Negra desde o surgimento dos primeiros terreiros e quilombos pela região, possuindo uma proximidade com a atividade da pesca artesanal. É tio da liderança Armando dos Santos (conhecido como Beto), liderança dos pescadores e coordenador estadual do Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais.



Figura 9: Captura de tela do vídeo “Congos de Calçola – Mestre Pedro Correia”.
Fonte: Rendeiras da Vila (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.

A manutenção das atividades culturais por parte das lideranças é um desafio para a comunidade pesqueira. A difícil conjuntura em meio à pandemia da COVID-19, somada aos efeitos do derramamento de óleo que agravaram a situação de vulnerabilidade econômica e social dessa população, ampliou a dificuldade atual de fazer com que as novas gerações passem a aderir à dança dos Congos como uma modalidade lúdica, compreendendo suas raízes culturais. Situação agravada pelas transformações da comunidade em termos religiosos e sociais.

Dessa forma, é importante que o poder público passe a olhar essa prática popular como peça importante na formação histórico-cultural da região de Ponta Negra e elemento de sua identidade, também devendo a própria população, em especial a comunidade pesqueira, estar atenta aos pleitos democráticos para eleger lideranças políticas que defendam essas pautas. As práticas culturais precisam contar com apoio financeiro na sua execução, de modo que a cultura popular se mantenha na agenda dos seus residentes e na agenda pública. Dessa forma, maior será a probabilidade da adesão popular e possibilidade de transmissão dessa cultura da Dança de Congos às próximas gerações.

REFERÊNCIA

RENDEIRAS DA VILA. **Congos de Calçola – Mestre Pedro Correia.**

Publicado em: 25 mar. 2021. Disponível em: https://youtu.be/oHzBtMN1_SM. Acesso em: 9 abr. 2022.

Seção III

À guisa de fechamento

O SUS E A EDUCAÇÃO POPULAR NO ENCONTRO ENTRE SERTÃO E MAR

8

Maria Jacqueline Abrantes Gadelha
Meine Siomara Alcântara
Oswaldo Gomes Corrêa Negrão

SAÚDE E O MARCO LEGAL

É sempre importante lembrar que a saúde reconhecida como um direito humano é relativamente recente, tendo sido inserida na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que no seu Art. 25 estabeleceu que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.¹

1 Nações Unidas (1948, p. 4).

Em 1979 em Alma-Ata, Cazaquistão, URSS, num esforço conjunto entre a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), produziram-se documentos históricos que contribuíram para a consolidação de um modelo de organização de atenção e serviços focados na Atenção Primária à Saúde (APS).² Essas estratégias eram pautadas na premissa de que os serviços de saúde deveriam estar próximos e conectados com as comunidades e populações. Também reforça a ideia da universalidade do acesso das populações e materializa em uma proposta de organização aquele direito universal já estabelecido em 1948. No

2 Giovannella et al. (2019).

Brasil, o processo constituinte, no contexto de redemocratização pós-Golpe Militar, foi um momento de construção e de articulações políticas fundamentais para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988, que teve grandes avanços na perspectiva da busca da dignidade da vida humana e dos direitos das pessoas e populações quando estabeleceu como direitos fundamentais, através do seu Art. 6º, que: “são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pelas Emendas Constitucionais E.C. nº 26 de 2000, E.C. nº 84 de 2010 e E.C. nº 90, de 2015). Observa-se que a evolução constitucional dos direitos é processual e demanda esforços políticos e sociais para que se efetivem.³

3 Ribeiro (2007).

A saúde, portanto, é também uma construção teórica, histórica e social, na medida em que o próprio objeto e direito se transmuta com o passar do tempo, sofre avanços e perdas, e em que novas compreensões do conceito ampliado de saúde emergem.

Após o golpe de 2016, as reformas estruturantes foram marcantes para a população, tendo repercutido também sobre a classe trabalhadora nos campos da saúde e da educação. A aprovação da EC 95, que congelou os investimentos sociais, em especial, nos campos da saúde, educação e seguridade social, atua como um torniquete que vai estrangular continuamente os recursos destinados a essas áreas. Apesar da redução de investimento de recursos nas políticas sociais, não existem limites para o deslocamento de recursos públicos federais, estaduais e municipais para o refinanciamento e pagamento de juros e amortização da dívida pública. Levando em consideração o acelerado empobrecimento da população após a reforma trabalhista e a reforma da previdência, materializou-se no país o modelo de agenda neoliberal que reduz fortemente o papel do Estado e carrega para a iniciativa privada os recursos gerados pela própria nação brasileira. Essas políticas macroeconômicas reverberam permanentemente na destinação de recursos dos três entes federados nos campos da saúde, educação e seguridade social. Os reflexos desse desinvestimento maciço

desde 2016 repercutem nas famílias, nas comunidades e nas populações.

No contexto de crise sanitária mais recente com o advento da pandemia por COVID-19, mesmo com tantos desafios e dificuldades para a realização das ações de atenção à saúde, o SUS mostrou sua força, atuando como a salvaguarda da população brasileira. O enfrentamento da pandemia teve abordagens e estratégias pulverizadas, considerando a ausência do papel articulador e norteador do Ministério da Saúde em uma situação de emergência global. A polarização política, desvios de recursos, escândalos e negociatas na compra de vacinas e insumos, fragilidades e ausência de parâmetros científicos para as tomadas de decisões em um momento tão dramático, levaram ao resultado de que milhares de mortes evitáveis acontecessem nesses pouco mais de dois anos de pandemia.

No governo Temer, foi lançada a nova Política Nacional de Atenção Básica⁴ e no governo que o sucedeu, o novo modelo de financiamento da APS.⁵ Ambas fragilizam os modelos de incentivo para a estruturação de novas equipes, programas de avaliação e qualificação da APS são extintos (PMAQ), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) deixam de ter incentivos federais. Além disso, o número de profissionais das equipes é reduzido e novos modelos de contratos permitem que profissionais com cargas horárias diferenciadas possam atuar, fragilizando um dos atributos essenciais da APS, que é a longitudinalidade do cuidado e respectivo vínculo da população com as equipes profissionais.⁶ Os desafios de aproximação da comunidade com os serviços e a adesão das equipes para a gestão do cuidado e as responsabilidades sanitárias e sociais que emergem das e nas comunidades são desafios que precisam ser reconhecidos para o pleno exercício da cidadania.

4 Brasil (2017).

5 Id. (2019).

6 Morosini, Fonseca e Baptista (2020).

POTENCIALIDADES NA ATENÇÃO E NO CUIDADO

O projeto Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 surge no contexto da pandemia, buscando dialogar com populações vulnerabilizadas, na perspectiva de apoiá-las. Nesse diálogo, os refe-

renciais teóricos da educação popular em saúde se colocam como ferramenta importante, pois nos permitem encurtar as distâncias que muitas vezes separam a academia da sociedade. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEP-SUS) foi instituída em 2013 pela Portaria nº 2.761, de novembro de 2013. Em seu Art. 2º, a PNEP-SUS

reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS, e propõe uma prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS.⁷

7 Brasil (2013).

A educação popular (EP) inicia-se a partir das políticas públicas de alfabetização de adultos no Brasil, expandindo-se para os mais diversos setores sociais e profissionais da América Latina. A EP chega ao setor saúde nos anos 1970 junto aos movimentos sociais emergentes, nos quais profissionais de saúde foram para a periferia e iniciaram projetos que deram origem ao Movimento Sanitário e serviram de base para construção do SUS e posteriormente da Atenção Primária à Saúde.⁸ Um dos maiores estudiosos do nosso tempo sobre educação popular é o Professor da UFPB Eymard Mourão Vasconcelos, que há mais de 40 anos vem nos presenteando com seus ensinamentos e reflexões nessa área. Ele afirma que os problemas de saúde excedem as dimensões orgânicas das pessoas e que, em grande parte, existem os elementos afetivos que atuam nesse cuidado. Para o autor, cuidar significa:

8 Vasconcelos, Vasconcelos e Silva (2015).

(...) ocupar-se, aqui e agora, dos problemas passíveis de serem enfrentados, pondo-se à disposição de acordo com as condições exigidas por eles e não nas condições oferecidas tradicionalmente pelo serviço (...). Cuida-se dessas famílias em situação de risco não como prêmio por perceber seu esforço ou assimilação das orientações da equipe, mas como resposta ao direito à cidadania de sujeitos vivendo situações que não lhes permitem buscar e lutar pelos recursos existentes nos precários e limitados serviços de saúde destinados às classes populares (...).⁹

9 Vasconcelos (2008, p. 153).

Nessa mesma perspectiva, Mattos¹⁰ afirma que o que mais representa o cuidado é a contribuição para uma vida digna, e não a sua cientificidade, sendo corroborado por Vasconcelos,¹¹ para quem o profissional tem que reconhecer que o outro pode determinar sua própria vida e que este seja dotado de autonomia para a prática do cuidado.

10 Mattos (2006).

11 Vasconcelos (2008).

Outra questão interessante é que sempre olhamos para as dificuldades e problemas da população e não enxergamos suas potencialidades, os aspectos positivos, o seu jeito de andar a vida. Dessa forma, a partir da abordagem trazida pela EP em saúde revelada por esses autores, percebe-se como isso se refletiu no cenário vivenciado pelos povos ciganos e pescadores, povos do sertão e do mar participantes do projeto Boas Práticas, que permitiu, em um seminário conjunto, contar um pouco dessa história e de suas interfaces com o SUS durante a pandemia de COVID-19.

Para ambos, foram momentos difíceis em que se acentuaram os problemas e as desigualdades sociais, e não poderia ser diferente em relação ao setor saúde, principalmente para o povo cigano, que é festivo, anda em bando, usa a quiromancia muitas vezes para sobreviver e que não podia se aproximar dos mais velhos pelos quais têm profundo respeito. Quando alguém adoecia, não podiam ir junto nem ao menos visitá-lo, deixando-os muito tristes, e foram vários os casos de depressão, além do desemprego e da fome, que se acentuaram. De acordo com os relatos do povo cigano, as políticas de saúde existentes não atendem às suas necessidades e aos seus anseios.

Segundo Vasconcelos,¹² a atenção médica tradicional, além de segregar os trabalhadores, reforça e recria nas microrrelações as estruturas de dominação da sociedade. O autor entende que a concepção da ciência na medicina nos torna insensíveis e não permite visualizar as inúmeras dimensões da vida das pessoas. Assim, propõe um atendimento individualizado baseado no diálogo entre profissional e usuário.

12 Id. (1997).

Seja cigano ou pescador, povos muitas vezes invisíveis na sociedade, essas pessoas têm uma história de luta e sabedoria através dos séculos. Ao se dar esse encontro, é preciso que juntos

possam aprender e se permitir trilhar um caminho de parceria e acolhimento. Sendo assim, reconhecemos a presença da Educação Popular nas vozes que ecoaram no III Encontro Formativo intitulado “Do Mar ao Sertão: encontro de lutas, (re)existências, saberes e políticas públicas”.

A comunidade cigana Calon, pescadores de Ponta Negra (Natal), maricultoras de Pitangui (Extremoz), representantes da cultura local da comunidade tradicional de Ponta Negra e Pitangui, trabalhadores da Unidade Básica de Saúde de Ponta Negra, professores e estudantes, reunidos em torno do Projeto Boas Práticas, anunciaram a composição entre arte, cultura e saúde; a feitura de um espaço dialógico/amoroso entrelaçando vidas e lutas, ensinar e aprender, movimento dos corpos na dança cigana e no Congo de Calçola, canto e poesia, saberes dos povos do mar e do sertão. A diversidade de linguagens e modos de compartilhar dores, perdas, saberes e desafios tece, em tempos de pandemia e barbárie, a boniteza do esperar e do (re)existir na busca por outros mundos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos depararmos com o encontro do Mar e do Sertão, vimos quanta riqueza, perseverança e encantamento têm esses dois povos tradicionais; pescadores e ciganos, alvos do nosso estudo, do nosso cuidado. Sabe-se que em cerca de um quarto do território brasileiro existem diversos povos que ainda lutam permanentemente pela sua visibilidade e sua ancestralidade, pela preservação e demarcação dos seus territórios e das próprias comunidades, ainda que esses direitos sejam garantidos na Constituição de 1988 – “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Em capítulos anteriores, viu-se a luta destas nações pelo reconhecimento e mesmo pela sua subsistência, ficando muitas vezes às margens das políticas públicas e da sociedade vigente.

Portanto, analisando o histórico de lutas em defesa dos direitos humanos, direitos constitucionais e implementação do SUS, percebe-se que é sempre um exercício de reflexão e de necessidade de reconhecimento dos esforços daqueles que nos antecederam e também de esforço para que novos atores se somem na defesa dos direitos dos povos e das comunidades. As fragilidades e potencialidades elencadas anteriormente necessitam ser revisitadas, para que possamos, junto com as comunidades, pensar as estratégias de articulação e de fortalecimento dos laços que potencializam a atenção e o cuidado. Precisamos refletir e atuar de forma contínua e participativa para que novos arranjos sejam construídos e para que possamos consolidar direitos sociais e trabalhistas. Os retrocessos são sempre mais expressivos justamente para as parcelas mais vulneráveis da população. Reconhecer a singularidade das comunidades e traçar estratégias colaborativas e permanentes pode contribuir para a construção de novos tempos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. **Política Nacional de Educação Popular em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/prt2761_19_11_2013. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal/Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436/GM de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União (DOU)**, 22 set. 2017. Seção 1. p. 68.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979/GM de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União (DOU)**, 13 nov. Seção 1. p. 97.

GIOVANELLA, L. *et al.* De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 35, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00012219>. Acesso em: 24 abr. 2022.

GOMES, L.; MERHY, E. A educação popular e o cuidado em saúde: um estudo a partir da obra de Eymard Mourão Vasconcelos. **Interface: comunicação, saúde educação**, v. 18, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icsse/a/Rts4jfsx55R9fWm8MXkL6Fc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

MATTOS, R. Cuidado prudente para uma vida decente. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 119-132.

MOROSINI, M.; FONSECA, A.; BAPTISTA, T. Previne Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00040220>. Acesso em: 24 abr. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. 5 p. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

RIBEIRO, P. Direito à saúde: integridade, diversidade e territorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 12, n. 6, p. 1525-1532, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600014>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SILVA, N. K.; VENTURA, M.; PARO, C. Potencialidades do quadro da vulnerabilidade e direitos humanos para os estudos e as práticas de prevenção às arboviroses. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00213119>. Acesso em: 23 maio 2022.

VASCONCELOS, E. **Educação popular nos serviços de saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELOS, E. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

VASCONCELOS, E.; VASCONCELOS, M.; SILVA, M. A contribuição da educação popular para a reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, p. 89-106, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/texto-2-1-artigo-eynard.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

PARTE ii

IV Encontro Formativo

Seção I

Sobre (e entre) deficiências
e humanidades

SOBRE DEFICIÊNCIAS E HUMANIDADES DIGITAIS: DESAFIOS E APRENDIZAGENS A PARTIR DO USO DE APARATOS TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO

Breno da Silva Carvalho
Ana Gretel Echazú Böschemeier
Jenipher Alyssa de Lima Silva
Raquel Assunção Oliveira
Grupos de Trabalho Mídia e Acessibilidade

INTRODUÇÃO E ESCOPO METODOLÓGICO

O propósito dessa reflexão é analisar a contribuição do olhar interseccional sobre a comunicação na dinâmica de interação com pessoas com deficiência participantes da pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Ceará (CE)” (financiamento do CNPq), iniciada em agosto de 2020 – denominada, de modo mais sintético, como *Boas Práticas*.

Para tanto, o texto debruça-se na realização de netnografia de dados arquivais¹ apoiada no dispositivo usado em encontro de formação da pesquisa e em vídeo exibido na ocasião – o que compreende, respectivamente: (i) o emprego do *StreamYard* como recurso de conversação e transmissão digital de alguns dos eventos desenvolvidos remotamente, em virtude da pandemia da COVID-19; (ii) a realização de produções audiovisuais sobre a vivência de pessoas com deficiência nas comunidades desde uma perspectiva étnico-racial, de gênero e de pertencimentos territoriais a partir das comunidades tradicionais e movimentos sociais integrantes da pesquisa.

No presente texto, a proposta reflexiva aposta no diálogo entre uma antropologia interseccional/descolonizadora com o campo

1 Kozinets (2014).

comunicacional ao tensionar conteúdos associados a interações sociais, tecnologias e humanidades digitais. Tal produção justifica-se pelo interesse na promoção dos Direitos Humanos em perspectiva transcultural e popular, apoiando sua abordagem em tema caro e escasso à produção teórica e empírica da comunicação contemporânea: os estudos sobre deficiências em comunidades socialmente vulnerabilizadas e culturalmente diferenciadas, em sua interface com dispositivos tecnológicos comunicacionais.

A proposta ampara-se em escrita colaborativa e emerge de discussões éticas implementadas com base na metodologia aberta e ativa da educomunicação e da educação popular em saúde, pautados com a realização de diversos encontros de formação e articulação decorrentes das ações do projeto. Assim, pretende-se buscar o fortalecimento e a ampliação na participação de pessoas com deficiências em projetos científicos, tecnologicamente mediados, valendo-se do sentido das humanidades digitais na promoção de melhorias e ganhos coletivos.

SOBRE DEFICIÊNCIAS EM OLHAR INTERSECCIONAL

Na atualidade, pessoas com deficiência (doravante PcD) continuam a enfrentar diversas situações de preconceito, discriminação e desigualdade em vários setores da sociedade por terem a aparência desviante do padrão de normalidade historicamente imposto pela sociedade ocidental. Essa percepção negativa atribuída à deficiência decorre da influência dos discursos dominantes de determinada época e contexto sobre o que se entende como deficiência.

Nesse sentido, é imperioso trazer breves conceituações das diferentes perspectivas de compreensão da deficiência, e que são comumente baseadas em dois modelos: o médico e o social. Há ainda uma terceira concepção que possui nomenclaturas diferentes. Bisol, Pegorini e Valentini² citam que alguns(as) autores(as) a denominam de crítica ao modelo social, outros(as) alegam que se trata de uma segunda geração do modelo social, e

2 Bisol, Pegorini e Valentini (2017).

ainda é classificada por outros(as) estudiosos(as) como um novo modelo chamado de pós-social ou pós-moderno.

Os princípios do modelo médico limitam a deficiência às questões biológicas, entendendo-a como uma doença ou anormalidade.³ Esse modelo compreende que as barreiras físicas, institucionais e atitudinais decorrentes das lesões corporais, sensoriais, mentais e/ou intelectuais são problemas exclusivos da PcD, e não da sociedade, e oferecer alternativas para reparação ou cura da deficiência como uma maneira de integrá-la ao meio social é um dos pressupostos adotados pelo modelo médico, que é ainda dominante nos dias de hoje.

A partir da mobilização dos movimentos sociais em prol do reconhecimento da diversidade, da igualdade e dos direitos humanos das PcD, e por contestar a concepção médica em relação à contenção de aspectos médicos/biológicos acerca da deficiência, surgiu uma nova teoria chamada de “modelo social”. Segundo Diniz,⁴ essa teoria passou a entender a deficiência como uma forma particular de opressão social, tal como aquela vivenciada por outros grupos minoritários, como mulheres ou negros(as). Além disso, qualquer ação contra PcD é configurada como problemas sociais, a saber, o preconceito, a discriminação e o estigma,⁵ e tem como pressuposto a independência e a autonomia como valores éticos que atravessam a vida humana.⁶

Embora o modelo social tenha contribuído significativamente para a compreensão da deficiência e para a reivindicação dos direitos desse público, resultando em consolidação de leis de amparo às PcD, o olhar situado de teóricas feministas a partir dos anos 1980 evidenciou que as primeiras propostas teóricas do modelo social eram, em sua maioria, elaboradas por membros da elite e carregavam discursos dominantes de gênero e classe.⁷ Assim sendo, emerge o que tem sido chamado de modelo pós-social, enquanto crítica ao modelo social.

A perspectiva de gênero questiona vigorosamente o modelo social por não englobar em seus estudos essas questões centrais, já que a experiência da deficiência difere entre homens e mulheres,⁸ ao que se soma a experiência das identidades não binárias.⁹ Logo,

3 Foucault (1977).

4 Diniz (2007).

5 Goffman (2008).

6 Diniz (2007).

7 Diniz (2007), Bisol, Pegorini e Valentini (2017).

8 Gesser, Nuernberg e Toneli (2012).

9 Vincent (2020).

sua perspectiva é multidisciplinar, levando em conta não apenas a discussão sobre a independência e a diversidade, mas também do cuidado, da dor, da dependência e interdependência, temas esses que têm sido negligenciados no cenário dos debates do modelo social.

Ainda segundo Diniz,¹⁰ o modelo pós-social discorda da premissa do modelo social de que a retirada das barreiras permitiria às pessoas com deficiência desenvolverem sua capacidade produtiva, o que não contempla aquelas pessoas com deficiências mais severas, tendo em vista que nem todas conseguem ser totalmente independentes. Nesse caso, discute a importância do papel da pessoa cuidadora e da rede de cuidados vinculada a pessoas com deficiências.

Ademais, o modelo pós-social acrescenta em seus estudos a interseccionalidade entre a deficiência e outros marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça, etnia, classe, entre outros. Esse cruzamento cria espaço de desempoderamento e amplia as desigualdades básicas. O conceito da interseccionalidade foi descrito pela autora feminista norte-americana Kimberle Crenshaw.¹¹ Nesse contexto, a metodologia interseccional permite compreendermos “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”.¹²

Diante das considerações descritas, as pessoas com deficiência que sofrem de outras opressões, como étnico-raciais, de gênero, sexualidades, classe, ocupam posições mais desfavorecidas social e economicamente. As pessoas com deficiências pertencentes às comunidades tradicionais socialmente marginalizadas são ainda mais vulneráveis e invisibilizadas, não somente pela sociedade maior, mas também, às vezes, pelas próprias comunidades (discriminação fundada na exclusão a partir de uma leitura da deficiência), pelas comunidades de pessoas com deficiência (discriminação fundada na exclusão a partir de uma leitura étnico-racial e de classe excludente) e pela academia, em termos de sua distância do modelo hegemônico de construção do que é um “sujeito de saber”.

10 Diniz (2007).

11 Crenshaw (2002).

12 Akotirene (2019, p. 24).

São muitas as barreiras que as pessoas com deficiência que fazem parte de comunidades tradicionais precisam atravessar para ter, por exemplo, acesso a projetos científicos nos quais possam transformar suas próprias experiências em estudos acadêmicos, e que, portanto, poderão reverberar em ações vinculadas a políticas públicas que fomentem a inclusão social, educacional, institucional, tecnológica, dentre outras dimensões.

Dessa forma, o *Boas Práticas* busca apurar um olhar interseccional para a promoção da inclusão de pessoas com deficiências que se reconheçam na sua diversidade cultural, étnico-racial, de sexualidades e de gênero, através do suporte à acessibilidade comunicacional em dispositivos tecnológicos, adotando práticas de Tradução Audiovisual Acessível (em particular, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE), janela de interpretação de Língua Brasileira de Sinais para pessoas surdas e audiodescrição para pessoas com deficiência visual) de discussões e fontes textuais relacionadas às condições socio sanitárias para o controle da pandemia da COVID-19.

Considerando pluralidade de corpos com deficiências, visíveis ou não invisíveis, existentes nas comunidades tradicionais que integram o referido projeto, e como forma de dar visibilidade a essas vozes que por longo tempo foram menosprezadas, convidamos pessoas com deficiências, assim como pessoas próximas a elas, para expor seus relatos de experiência vinculados à vivência corporal e social da sua particularidade em tempos de pandemia da COVID-19.

Para isso, foi solicitado às lideranças pesquisadoras do projeto a realização de breves filmagens, para que outras pessoas sem deficiências, tanto internas quanto externas ao projeto, conheçam tais realidades e sensibilizem seu olhar, seja cidadão, seja técnico ou científico, em termos de uma apreciação das suas histórias e lutas específicas. O trabalho de acessibilidade comunicacional em vídeos de relatos de experiências tornou-se possível mediante a legendagem dos mesmos pelos *Grupos de Trabalho (GTs) Acessibilidade e Tradução* (integrantes da *Equipe de Tradução-Comunicação*), assim como por meio da contribuição colaborativa dos

outros GTs que compõem o projeto, como o *GT Mídias* (também integrante da referida Equipe). O conteúdo dessas filmagens foi exibido no *IV Encontro Formativo*, intitulado “Olhares interseccionais em tempos de pandemia”, realizado remotamente em 14 de junho de 2021. Uma reflexão sobre o propósito do *Encontro Formativo*, acerca dessa transmissão *online* e sobre a produção do material audiovisual mencionado, é feita na seção seguinte.

O USO DE ARTEFATOS DIGITAIS E AUDIOVISUAIS PELO BOAS PRÁTICAS

Populações vulnerabilizadas partilham entre si vivências desafiadoras em relação ao enfrentamento da COVID-19: dificuldades na obtenção gratuita de equipamentos de proteção individual (EPIs), necessidade de acesso a informações precisas sobre o contexto pandêmico, somado ao necessário isolamento físico – o que requer que se leve em consideração a convivência com pessoas com deficiência e sua compreensão sobre o cenário social.

Em atenção a estas especificidades e levando em conta a imprescindibilidade do diálogo com a pluralidade de participantes direta ou indiretamente envolvidos com o projeto, bem como de convidados(as) externos(as), definiu-se a condução das reuniões de modo remoto através de eventos denominados *Encontros Formativos*. Estas reuniões remotas operam como momentos de partilha de informações e experiências de modo a contribuir com a troca de saberes coletivamente. Estes *Encontros*, particularmente, são percebidos como espaços de discussão e produção de conhecimento pluriepistêmico, assim como de fortalecimento das lideranças pesquisadoras das comunidades tradicionais e de movimentos sociais participantes do Projeto.

Vale destacar a resolução presente na Portaria CNPq nº 500, de 7 de maio de 2021, a partir da qual foram ampliados os perfis aptos a receberem bolsas de Apoio à Difusão do Conhecimento (ADC), os quais passaram a contemplar não apenas profissionais

de nível superior, como também “detentores de conhecimento tradicional reconhecidos pela comunidade”.¹³

É pertinente salientar o reconhecimento por parte dos gestores e coordenadores do *Boas Práticas* das dificuldades de conexão intrínsecas à realidade dos(as) brasileiros(as), de modo que falhas e quedas de conexão fizeram parte das agendas estabelecidas remotamente.¹⁴

Inicialmente, a plataforma *Google Meet* foi escolhida para realização remota dos *Encontros Formativos*. Porém, foi identificado que os(as) participantes(as) surdos(as) que acessavam as reuniões via *smartphone* experienciaram dificuldades para fixar em tela de modo simultâneo a apresentação de slides, o(a) apresentador(a) e o(a) tradutor(a) de Libras.

Como alternativa, optou-se pela adoção da plataforma *StreamYard*, a qual estabelece conexão com o canal de Projeto no *YouTube*,¹⁵ permitindo a transmissão *online* ao vivo, além de disponibilizar funcionalidades aos organizadores do evento virtual, como a escolha e definição do número de imagens dos participantes em destaque durante a transmissão, o que permite a manutenção das intérpretes de Libras sempre em tela ao longo do evento.

Por outro lado, a escolha do *StreamYard* não veio isenta de problemáticas. Um ponto a ser observado foi a plateia menos ativa nas intervenções orais, o que centralizou o debate no *chat* (bate-papo) ao vivo do *YouTube* – alguns dos comentários eram exibidos em tela à medida que surgiam, a fim de aquecer a discussão. Ao final das exposições, era encorajado o envio de perguntas pelo *chat*, as quais eram lidas/traduzidas pelos apresentadores e intérpretes durante a sessão.

O *IV Encontro Formativo*,¹⁶ por sua vez, revestia-se de especificidade: era o primeiro encontro do Projeto transmitido em formato de *live* através do *StreamYard* com transmissão simultânea pelo canal do Projeto no *YouTube*. O evento virtual contou com a participação da professora e antropóloga Denise Costa, integrante do Projeto, apresentando o tema “Feminismo negro é para homens”; performances musicais e poéticas da musicista e ativista Luanda Luz, do Movimento da População em Situação de Rua –

13 Brasil (2021).

14 Em pesquisa desenvolvida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, através do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), explicita-se numericamente como “as desigualdades sociais também se manifestam no ambiente digital, com potencial de restringir oportunidades e até mesmo as condições de cumprimento de medidas de combate à pandemia” (TIC, 2020). No relatório, identifica-se ainda que as mulheres negras acessam a internet exclusivamente via smartphones em proporções maiores que os homens brancos. Também em comparação a eles, elas fazem menos transações financeiras, acessam menos cursos e serviços públicos online (idem, p. 28).

15 Vídeos disponíveis em: https://www.youtube.com/channel/UC-tud_JambBQk7O1AY_r0fA/featured.

16 Vídeo disponível em: <https://youtu.be/Rm2hRu-BguE0>

PopRua-RN e uma exposição do *GT Tradução* sobre o impacto da pandemia nas relações de gênero.

Como já citado, houve um momento de exibição de vídeos por parte do *GTs Acessibilidade e Tradução*, com a partilha de relatos audiovisuais acerca das dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência nas comunidades e movimentos integrantes do Projeto durante o enfrentamento do período mais crítico da pandemia da COVID-19. Os relatos foram capturados pelos celulares das lideranças pesquisadoras e por membros das comunidades e movimentos, configurando-se, assim, como registros pessoais que tensionam um modo de produção de conhecimento verticalizado e assimétrico, através do qual um(a) dito(a) detentor(a) do saber capturaria suas impressões escritas e imagéticas a partir de suas próprias balizas e impressões.

Os vídeos produzidos pelas lideranças pesquisadoras do *Boas Práticas* apontam para uma diversidade de estéticas e formatos narrativos: há variações nas durações, nos movimentos de câmera, em cenários, nos enquadramentos e nos formatos. Enquanto alguns optaram por entrevistas mais estruturadas, outros reduzem as intervenções do entrevistador. Ao todo, foram exibidos doze depoimentos distribuídos entre cinco vídeos, contemplando todos os quatro *GTs* do Projeto (*Mar, Urbano, Indígena e Cigano*), como pode ser observado em algumas das imagens a seguir (Figuras 10 a 14).



Figura 10: Depoimento de Valdecy de Moraes, integrante do *GT Mar*.

Fonte: Rendeiras da Vila (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.



Figura 11: Depoimento de Hallyson Costa, integrante do *GT Urbano*.
Fonte: *Rendeiras da Vila* (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.



Figura 12: Depoimento de integrante do *GT Indígena*.
Fonte: *Rendeiras da Vila* (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.



Figura 13: Depoimento de integrante do *GT Cigano*.
Fonte: *Rendeiras da Vila* (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.

Para ilustrar as particularidades de cada produção, observa-se, por exemplo, que enquanto a maior parte dos vídeos ocorrem em locações internas e/ou domésticas, o material audiovisual apresentado por Josefa Avelino, presidente e fundadora da Associação ACREVI, foi gravado ao ar livre em seu ambiente de trabalho – no caso, o barracão de separação dos materiais recicláveis (vide Figura 14, a seguir). Com isso, enfatiza-se o caráter de denúncia do seu registro, voltado a enfatizar as dificuldades de estrutura física e acesso a EPIs por parte das trabalhadoras da Associação.



Figura 14: Depoimento de integrante do *GT Urbano*. Fonte: Rendeiras da Vila (2021). Cessão de imagem concedida por Mestre Pedro.

Este modo de produção de conteúdo audiovisual divide certo nível de afinidade com o que a teórica bell hooks defende como sendo um “olhar opositor”. Partindo da máxima de que “existe poder em olhar”,¹⁷ sendo as relações políticas entre o ver e o ser visto particularmente experienciadas pelas pessoas negras, que historicamente tiveram e seguem tendo seus olhares cerceados pela branquitude escravocrata e racista, hooks posiciona-se enquanto uma espectadora negra de cinema e televisão questionadora, observando tanto os discursos e ausências presentes nos filmes e programas que assistia como também seus aspectos plásticos e de linguagem que contribuem (ou não) para reforçar visões redutoras e estereotipadas.

Experienciando esse processo, hooks distancia-se das narrativas clássicas hollywoodianas para aproximar-se do cinema crí-

17 hooks (2019, p. 211).

tico negro produzido por cineastas como Julie Dash e Kathleen Collins. Ambas produzem obras que permitem e defendem um pensar da produção cinematográfica não apenas como uma réplica da realidade, mas também enquanto “uma prática de desconstrução fílmica que mina as grandes narrativas cinematográficas existentes ao mesmo tempo que re teorizam a subjetividade no domínio visual”.¹⁸

18 Id. *ibid.*, p. 235.

É nesse sentido que reivindicamos a importância de encontros de produção de saberes que atravessem a saúde junto a outros campos da produção de pautas para o bem viver em perspectiva descolonizadora. Estudos sobre a experiência corporal e social das deficiências encontram-se em interface com dispositivos tecnológicos comunicacionais a partir da atenção à produção ética de imagens que possam comunicar a força das experiências aquém das perspectivas numéricas.¹⁹

19 Gil (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS À LUZ DAS HUMANIDADES DIGITAIS

Como contrapartida à liberalização e precarização das relações Estado-capital nas comunidades virtuais, visualizamos a emergência de movimentos de contestação à homogeneização de uma ciência e tecnologia impostas a partir de fora e de cima. A ciência cidadã²⁰ praticada em projetos que emergiram durante a pandemia, compreendendo a produção científica no escopo da produção cultural mais ampla, propõe-se a expandir seus horizontes epistêmicos²¹ e caminhar na direção de obter plataformas mais inclusivas em termos de acessibilidade e usabilidade.

20 Heigl et al. (2019).

21 Carvalho (2018).

A promoção de direitos humanos em perspectiva transcultural e popular²² e, dentro dela, da adoção de boas práticas em saúde em meio à pandemia, mas também da infodemia,²³ permitiu o fortalecimento de experiências de construção de conhecimento social e culturalmente localizado, atento às particularidades dos corpos em interação e seus contextos, assim como também crítico a respeito das suas próprias possibilidades e limitações.

22 Santos (2003).

23 OPAS (2020).

O diálogo da antropologia interseccional e descolonizadora atravessa o campo comunicacional: a pesquisa cidadã preocupa-se com a representatividade na construção do conhecimento²⁴ e compreende que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar de enunciação. Urge, portanto, destacar a importância da expansão do visual com as tecnologias no caso das pessoas surdas – a variação nas formas de manifestação da cultura a partir da pandemia, no contexto da digitalização das culturas²⁵ e do fortalecimento dessa área aberta e em expansão chamada de humanidades digitais²⁶ na ressignificação e potenciação do conhecimento corporal de grupos subalternizados, mediado por dispositivos tecnológicos.

24 Akotirene (2019).

25 Iloh (2021).

26 Schreibman, Siemens e Unsworth (2016).

Reconhecendo esse contexto e suas limitações, sinaliza-se a dificuldade em traduzir plataformas tecnológicas criadas no norte global, e a necessidade de apontar nossos recursos e nossa capacidade de articulação socioacadêmica para fortalecer parcerias com iniciativas de codificação local, que sejam capazes de contemplar a especificidade e complexidade de pessoas e grupos historicamente marginalizados. As pessoas com deficiências racializadas que fazem parte de comunidades rurais no Nordeste brasileiro precisam de maiores esforços de atenção para a possibilidade de produzirem conhecimento e divulgarem essas experiências de forma segura em uma sociedade que resiste pela democracia e pela pluralidade cultural.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BISOL, C.; PEGORINI, N.; VALENTINI, C. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804#:~:text=Resumo,m%C3%A9dico%20e%20o%20modelo%20social>. Acesso em: 23 maio 2022.

BP COVID. O lugar das pessoas surdas nas lutas antirracistas. Publicado em: 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUx7S6hFzkh>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Portaria CNPq nº 500**. 7 de maio de 2021. Brasília, DF. Edição 87, Seção 1, Página 16. Publicado em: 11 maio 2021. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cnpq-n-500-de-7-de-maio-de-2021-319014266>. Acesso em: 24 abr. 2022.

CARVALHO, J. J. Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-106.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PhdsqyL5T8fRwTp9JD3T6M/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

GIL, J. **A pandemia e o capitalismo numérico**. N-1 edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/61>. Acesso em: 2 out. 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- HEIGL, F. *et al.* Opinion: Toward an international definition of citizen science. **PNAS**, 23, 116/17, p. 8089-8092, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1903393116>. Acesso em: 10 set. 2020.
- HOOKS, B. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. *In*: HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 211-236.
- ILOH, C. Do it for the culture: the case for memes in qualitative research. **International Journal of Qualitative Methods**, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F16094069211025896>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LUCENA, L. **Como fazer documentários**: conceito, linguagem e prática de produção. São Paulo: Summus, 2012.
- NIC.br. **Acessibilidade e tecnologias**: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- MILLER, D. Daniel Miller: “A antropologia digital é o melhor caminho para entender a sociedade moderna”. Entrevistadora: Monica Machado. **Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano X, n. 1, 1. sem. 2015. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/Daniel-Miller_-%E2%80%9CA-Antropologia-Digital-%C3%A9-o-melhor-caminho-para-entender-a-sociedade-moderna%E2%80%9D-_Revista-Z-Cultural.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.
- MILLER, D. Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. **Blog do Sociofilo**, 2020. [Publicação: 23 maio 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>. Acesso em: 7 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 – Kit de ferramentas de transformação digital. **Organização Panamericana da Saúde**, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16. Acesso em: 3 abr. 2022.

SANTOS, B. S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In*: SANTOS, B. S. (ed.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 429-461.

SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (ed.). **A new companion to digital humanities**. Malden: Wiley Blackwell, 2016.

TIC Domicílios 2020. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: edição COVID-19 – metodologia adaptada. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Acesso em: 23 abr. 2022.

VINCENT, B. **Non-binary genders**: navigating communities, identities, and healthcare. Bristol: Bristol University Press, 2020.

Seção II

Produzindo relato e poesia

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE RACISMO COM PESSOAS SURDAS: TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

10

Jenipher Alyssa de Lima Silva
Ana Gretel Echazú Böschemeier
Ana Patrícia Marcos Barbosa
Grupo de Trabalho Acessibilidade

INTRODUÇÃO

O presente texto traz à tona a experiência de racismo com pessoas surdas a partir de diálogos entre o projeto Boas Práticas¹ e a cátedra UNESCO/UNTREF de ações antirracistas nos meses de outubro e novembro, durante o ano de 2021. No mesmo ano, a cátedra UNESCO/UNTREF lançou a segunda campanha, intitulada “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina”, visando convidar docentes, discentes, pesquisadores(as) e gestores(as) para fomentar ações que incluem o diálogo e a reflexão sobre as múltiplas formas de racismo presentes nas instituições de ensino superior da América Latina. O projeto Boas Práticas apresentou nesta campanha a proposta “Localizando as lutas antirracistas junto à comunidade surda”, com intuito de ceder os espaços de fala às pessoas surdas racializadas² sobre suas experiências de racismo em territórios da educação e da saúde.

DESCRIÇÃO DE OBJETIVOS DO PROJETO BOAS PRÁTICAS

A motivação para construção dessa proposta surgiu a partir das experiências do projeto Boas Práticas, que se preocupa também

1 O texto é fruto de reflexões realizadas a partir da pesquisa da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit N° 07/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves – Projeto Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 com comunidades do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará (Processo: 403104/2020-3).

2 “O conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela ‘significação de características biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas’” (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 33).

com a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência, com vistas à promoção da inclusão através da acessibilidade comunicacional em materiais audiovisuais, o que criou o Grupo de Trabalho Acessibilidade, cujo objetivo é trabalhar a Tradução Audiovisual Acessível (especificamente, a Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE), janela de interpretação de Libras e audiodescrição), em conjunto com os *Grupos de Trabalhos – Tradução e Mídia*. Ao longo das discussões entre integrantes do projeto, emergiram algumas inquietações acerca da insuficiente discussão sobre racismo contra pessoas surdas nas instâncias acadêmicas e, eventualmente, torna-se pauta nos debates da Comunidade Surda para uma ação coletiva em defesa da erradicação do racismo contra pessoas surdas.

A referida proposta realizou dois encontros de diálogos de construção pluriepistêmica dentro da perspectiva do Encontro de Saberes³ e da Interseccionalidade,⁴ por meio da plataforma online *StreamYard*, e a partir deles foram realizadas etnografias virtuais⁵ e compartilhamento de relatos de experiência.⁶ A pesquisa participativa também contou com ações prévias de sondagem de experiências através da ferramenta do survey online.⁷

3 Carvalho (2018).

4 Crenshaw (2002).

5 Kozinets (2014), Carvalho e Böschmeier (2021).

6 Velho (1981).

7 Long (2020).

ACESSO AOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE DE PESSOAS SURDAS RACIALIZADAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

A interseccionalidade entre raça e surdez é um tema que está ganhando destaque de forma gradativa em estudos acadêmicos do Brasil que abarcam os estudos surdos. Apesar de existirem eventos necessários que buscam fomentar a discussão sobre a inclusão social de pessoas surdas racializadas, principalmente organizados pelas lideranças negras surdas e pelas comunidades indígenas surdas, contudo, as questões étnico-raciais são ainda pouco visibilizadas na agenda de discussão da comunidade surda.

Segundo Buzar,⁸ a invisibilização da questão racial pode contribuir para mais vulnerabilidade às pessoas negras surdas quan-

8 Buzar (2012).

do expostas às situações de preconceito, discriminação, estigma e racismo, indubitavelmente, não há como homogeneizar pessoas surdas, pois cada uma expressa suas histórias, identidades e experiências de maneiras distintas. Essa diferenciação ocorre devido à raça, etnia, classe econômica e localização geográfica a que pertencem. Portanto, é indispensável versar a realidade das pessoas surdas racializadas, levando em consideração outras identidades sociais da diferença (raça, etnia, gênero, classe, territorialidade, entre outros).

O acesso à educação e à saúde das pessoas surdas foi ampliado com a aprovação do Decreto nº 5.626/2005, que trata da educação de surdos(as) e garante também o acesso à saúde, oferecendo assistência através do Sistema Único de Saúde – SUS. Embora o dispositivo legal tenha contribuído para expansão da inclusão educacional, linguística e social da população surda, ainda é possível situar alguns empecilhos quando se trata de comunicação interpessoal, pois “(...) não contam com o profissional bilíngue ou com um tradutor – intérprete das Línguas em questão – para atender às reais necessidades das pessoas surdas, na rede regular de ensino e na rede pública de saúde”.⁹

O racismo, sexismo, classismo e ouvintismo¹⁰ são fatores que contribuem para o leque de dificuldades enfrentadas pela população surda racializada quanto ao acesso à educação e à saúde. Na educação, situamos algumas problemáticas referentes ao abandono escolar, à carência de profissionais qualificados com formação específica e à falta de currículo adaptado somado ao ensino de relações étnico-raciais, a fim de contribuir com o processo de construção identitária.¹¹ Na saúde, é perceptível a ausência de acessibilidade comunicacional no atendimento, nas consultas e na realização de diagnóstico oferecido pelos serviços públicos de saúde. Para a mulher surda racializada, a situação é agravante quando estas são submetidas à situação de violência obstétrica, assédio sexual, esterilização sem consentimento, violência doméstica e opressão racial e de classe.¹²

A discussão sobre racismo precisa ser expandida dentro da comunidade surda, visando compreender que “as identidades surdas

9 Solia e Silva (2017, p. 678).

10 Skliar (1998).

11 Ferreira (2018).

12 Brito et al. (2021).

e negras são múltiplas e heterogêneas, não existindo uma unidade cultural ou identidade e que as opressões não são hierárquicas e acontecem de formas diferenciadas dependendo dos sujeitos”.¹³

13 Santos (2019, p. 78).

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A partir da perspectiva da pesquisa-intervenção¹⁴ e da pesquisa-ação participativa,¹⁵ foram construídos espaços coletivos de construção pluriepistêmica dentro da perspectiva do Encontro de Saberes.¹⁶ Os encontros foram mediados na plataforma online *StreamYard*, e a partir deles foram realizadas etnografias virtuais¹⁷ e compartilhamento de relatos de experiência.¹⁸ A pesquisa participativa também contou com ações prévias de sondagem de experiências através da ferramenta do survey online.¹⁹

14 Passos et al. (2010).

15 Fals Borda ([1988] 2013).

16 Carvalho (2018).

17 Kozinets (2014), Carvalho e Böschmeier (2021).

18 Velho (1981).

19 Long (2020).

O projeto realizou dois eventos virtuais que propuseram uma ação reflexiva com base nas experiências relatadas, sendo assim, o primeiro evento se intitulou “O lugar das pessoas surdas nas lutas antirracistas: territórios educacionais e da saúde”, realizado no dia 14 de outubro de 2021, tendo por objetivo promover o debate a respeito das questões de acessibilidade em perspectiva interseccional, pontuando a dificuldade de acesso à saúde e à educação para pessoas surdas racializadas, bem como a ausência de reconhecimento identitário e pertencimento de seus corpos consoante a gênero, idade, classe e, especialmente, raça-etnicidade.

Para abertura da apresentação cultural, trazendo a representatividade de pessoas surdas, apresenta-se um poema em Libras de Nayara Rodrigues, sua narrativa retrata sua experiência e explana as vivências racistas, sexistas e capacitistas que a sociedade a incutiu. Sendo realizada uma roda de conversa para discorrer sobre o contexto e desafios enfrentados por pessoas negras e surdas em ambientes relacionados à saúde e educação, sendo convidados para esse momento Matheus Olivera, considerado o primeiro surdo a estudar medicina no Brasil e na UFRJ (o mesmo traz em seu relato as situações de racismo e capacitismo sofridos dentro do curso mais elitista do Brasil, além do descaso com a acessibilidade

linguística em Libras), Rhaul de Lemos Santos, doutorando em Educação pela UFPR e um dos primeiros a realizar pesquisas sobre a interseccionalidade entre raça e surdez na educação superior, Maria do Desterro Souza, pedagoga da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), e Josenildo Bezerra, vice-diretor do CCHLA/UFRN, sendo os dois últimos convidados citados membros da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade do CCHLA.

Cada participante da mesa explanou sobre a temática, seguido do debate e da participação dos internautas para realizarem perguntas. O evento contou com apenas 24 inscritos(as), sendo que 16 são pessoas ouvintes, 5 são pessoas surdas e 3 pessoas não se identificaram. No que diz respeito aos números de visualizações no canal de Youtube, até o presente momento, o primeiro evento possui o total de 199 visualizações (até 24/04/2022).²⁰

20 UNESCO/
UNTREF (2021).

O segundo evento, intitulado “Racismo e Discriminação na Comunidade Surda: na procura do Bem Viver”, foi voltado para um diálogo mais direto com a Comunidade Surda e tem como escopo proporcionar maiores conhecimentos, debates e reflexões a respeito das múltiplas formas de racismo que estão presentes nos âmbitos sociais, educacionais e da saúde, iniciando-se com a apresentação sobre a iniciativa da Cátedra UNESCO/UNTREF e roda de conversas com convidados: Nayara Rodrigues, uma poeta e ativista negra surda, Shirley Vilhalva, docente indígena surda e pesquisadora sobre indígenas surdos(as) e língua de sinais indígenas no Brasil, e Davi Rodrigues Silva, um professor e livreiro negro surdo. Por último, houve o debate para reflexões e questionamentos sobre a temática. Esse evento contou com 10 inscritos(as), sendo que quatro pessoas são surdas, três são pessoas ouvintes, uma é pessoa com deficiência auditiva e duas pessoas não se identificaram, e 125 visualizações no canal do YouTube (até 24/04/2020).²¹

21 Idem.

Nos dois eventos supracitados, trabalhamos com o recorte de falas potentes feitas pelos(as) palestrantes(as) que trazem à baila as experiências do racismo enfrentadas pelas pessoas surdas racializadas, especialmente nas instâncias educacionais e da saúde, as imagens com citações também podem servir como meio de acesso às informações relacionadas aos eventos realizados no YouTube,

proporcionando a elas um maior conhecimento e uma reflexão sobre o racismo e a interseccionalidade que podem influenciar na construção identitária das pessoas surdas.

Temos verificado a importância da divulgação de notícias corretas a partir da caracterização da infodemia,²² ou pandemia comunicacional, durante o enfrentamento à COVID-19 na sociedade. A necessidade de procurarmos formas ágeis e diretas de comunicação e, ao mesmo tempo, a importância estratégica de preservarmos o caráter qualitativo da experiência, sem reduzi-la a números,²³ nos conduziu a trabalhar com citações como recurso visual. Na cultura contemporânea, o lugar da citação e do meme dentro dos espaços de convívio digital é central: eles podem contribuir tanto para a formação de fake news quanto também podem ser aproveitados como dispositivos pedagógicos e de divulgação do conhecimento científico. Neste sentido, os memes e os “quotes” (citações, em inglês) apareceram para nós como um lugar de expressão visual de “tons de fala”²⁴ que nos permitiram observar o crescimento da importância das manifestações visuais – algo que tem se intensificado durante a pandemia.

22 OPAS (2020).

23 Minayo (2001).

24 Iloh (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dois eventos apresentaram resultados impactantes pela baixa adesão de pessoas inscritas, o que nos levou a refletir quais seriam as causas e como seria possível solucionar possíveis problemas. As hipóteses levantadas foram o cansaço causado pela situação pandêmica, com saturação de atividades virtuais que desestimulam as pessoas das atividades virtuais, e o fato de a comunidade surda receber pouco estímulo no dia a dia e nas instituições para discutir a questão do racismo. Estes dois pontos precisam ser avaliados com mais profundidade, para que se possam mensurar os impactos futuros, como a manutenção de um sistema opressor.

Consoante a isso, vale frisar importância da conversa com a gestão da Secretaria de Acessibilidade universitária, sobre racializar o acesso e permanência de pessoas surdas na universidade, impacto

na mídia local (Boletim de notícias UFRN), contato da comunidade acadêmica local com pesquisadores(as) que estão trabalhando na intersecção entre surdez/raça/gênero, além da provocação em membros da comunidade surda para a reflexão sobre a importância e urgência desse debate dentro da própria comunidade surda.

Podem se destacar aspectos recorrentes nos relatos de experiências dos(as) participantes surdos(as), os quais confluem com o disposto por Buzar,²⁵ para o qual a comunidade surda, devido seu contexto histórico de luta pelo reconhecimento de sua diversidade linguística, principalmente a busca pela visibilidade que ultrapasse o viés da deficiência e compreenda sua língua como uma questão social e identitária, culmina no apagamento das outras características inerentes às pessoas e suas relações sociais.

25 Buzar (2012).

Assim, compreende-se que, ao relatar sobre suas dificuldades de acesso à informação e participação em atividades acadêmicas, enfatizam o fato de serem minorias linguísticas e apontam a descridibilidade em sua capacidade acadêmica ao capacitismo. Vale ressaltar que a “persistente falta de informação sobre situações vividas pelo negro surdo na sociedade, particularmente o racismo, a exclusão, as questões étnicas, a identidade e a cultura negra surda”²⁶ podem afetar de forma significativa como ser visto pela sociedade e como as relações sociais podem influenciar a construção identitária.

26 Ferreira (2018, p. 18).

CONCLUSÃO

Os relatos de experiência sobre o racismo vivenciado por pessoas surdas que foram apresentados nos eventos promovidos pelo projeto confirmam a existência de práticas racistas e capacitistas que vêm reforçar as desigualdades sociais e estruturais nas quais são colocadas pessoas surdas. Neste contexto, os territórios da educação e da saúde compreendem-se como áreas especialmente sensíveis.

Assim sendo, encontramos-nos perante a necessidade de integrarmos as dimensões da opressão através da estratégia teórico-metodológica das interseccionalidades, para continuar a

racializar o debate que envolve pessoas surdas, tanto dentro da própria comunidade surda em sua heterogeneidade quanto do meio acadêmico – o que envolve também a discussão junto a coletivos vinculados ao movimento negro. Consideramos que é uma ação estratégica estimular o interesse da comunidade surda a respeito do tema, a fim de buscar o fortalecimento de políticas públicas das pessoas surdas racializadas e garantir seu pleno acesso à educação e à saúde.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.
- BRITO, I.; MEDEIROS, J.; ARAÚJO, N.; RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 1, p. 209-232, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/8533>. Acesso em: 23 maio 2022.
- BUZAR, F. J. R. **Interseccionalidade entre raça e surdez**: a situação de surdos(as) negros(as) em São Luís-MA. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- CARVALHO, B.; BÖSCHEMEIER, A. G. E. Comunicação popular, meio digital e pandemia: experiência de uma pesquisa-intervenção. In: GERALDES, E. *et al.* (org.). **Comunicação e ciência na era COVID-19**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2021.
- CARVALHO, J. J. Encontro de saberes: por uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFÖGEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 79-106.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 5 abr. 2021.

FALS BORDA, O. Romper el monopolio del conocimiento. Situación actual y perspectivas de la Investigación Acción Participativa en el mundo. In: HERRERA FARFÁN, N. A.; LÓPEZ GUZMÁN, L. [1988]. **Ciencia, Compromiso y Cambio Social**. Buenos Aires: Ediciones El Colectivo, 2013. p. 254-264.

FERREIRA, P. L. A. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. 2018. 122 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

ILOH, C. Do it for the culture: the case for memes in qualitative research. **International Journal of Qualitative Methods**, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F16094069211025896>. Acesso em: 23 maio 2022.

KOZINETS, R. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014

LONG, N. Lockdown Anthropology and Online Surveys: unprecedented methods for unprecedented times. **Studies in Indian Politics**, v. 8, n. 2, p. 294-297, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F2321023020963839>. Acesso em: 23 maio 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Kit de ferramentas de transformação digital, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16. Acesso em: 3 abr. 2022.

- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-31.
- SANTOS, R. L. **Negros/as surdos/as no ensino superior**: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- SILVÉRIO, V.; TRINIDAD, C. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação & Sociedade** [online], v. 33, n. 120, p. 891-914, 2012. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000300013&script=sci_arttext. Acesso em: 30 maio 2022.
- SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SOLIA, F.; SILVA, S. Educação para saúde por meio de processos dialógicos e o autocuidado da pessoa surda. **Ciência & Educação**, v. 23, n. 3, p. 677-689, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030009>. Acesso em: 23 maio 2022.
- UNESCO/UNTREF. **O lugar das pessoas surdas nas lutas antirracistas**. YouTube: Projeto Boas Práticas COVID-19. Publicado em: 14 out. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/tgsMQxS-86k>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- UNESCO/UNTREF. **Racismo e discriminação na Comunidade Surda**: na procura do Bem Viver, Youtube, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/JmdV5W89xIU>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- VELHO, G. Observando o familiar. *In*: VELHO, G. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 121-133.

CARTA QUE ESCREVI PARA QUEM FUI HÁ 8 ANOS ATRÁS: O QUE ME DIZER*

11

Luanda Luz
Grupo de Trabalho Urbano

Primeiro dizer que estou orgulhosa das cagadas q vc fez e ainda assim superou.

Ver vc se despedir da romanização que foi construída sobre vc e sua história

Ver vc dar um passo atrás, depois de ter lutado tudo q podia e até o tudo q nem devia e nem precisaria,

Ver vc desistir no último segundo em q te restava vida...

Ver vc lutar pela vida...

É de encher o peito e dizer: “perfeito, vc se fez força”.

Agora queria dizer q tudo vai ficar bem, e tudo q vc está doendo agora com esse

processo,

não é e jamais será o fracasso, a sensação q te toma agora de cansaço, dor, fracasso,

angústia, medo e todas as outras q te tiraram o chão elas vão desaparecer, tenha calma,

Vc está com vc e isso basta!

Para! Se vc soubesse o quanto ainda vai ser difícil sobreviver tentando

* Nota da edição: optou-se por preservar a grafia original da autora, mantendo suas escolhas estilísticas.

Ressignificar sua existência, errando e buscando, ainda que tardiamente

Se desculpar e se perdoar pelas falhas q ainda vai cometer,

Mas hj vc vai saber ao menos o q vc não quer mais, vc estaria rindo se soubesse.

Hj, 8 anos depois de vc achar que estava desistindo de vc e dos seus sonhos,

VC VAI COMPREENDER Q ESSE MOMENTO FOI CRUCIAL P Q HJ VC ENTENDA E VALORIZE A IMPORTÂNCIA E RELEVÂNCIA Q VC TEM EM EXISTIR E RESISTIR.

Vc estava com medo, eu sei, medo e incerteza nesses minutos foram seu algoz e seu estímulo

Vc sabia que não estava preparada, mas tbm não sabia como A vida vinha te preparando p vc ser quem eu sou hoje.

Nossa, posso até sentir o cheiro do seu medo q até hoje existe em mim,

Mas também, sinto hj o alívio por vc ter partido nesse dia, prq vc SOBREVIVEU

Vc me deu a chance de crescer, fugir da maior

Cagada (que ali vc achava que era o sonho perfeito)

Me trouxe até aqui.

Aquela dor e tristeza hoje são força e persistência.

Vc vai ainda buscar perder o medo de estar sozinha,

Ainda não vai ser agora, então se prepare, prq os processos estão no começo.

Mas vc ainda vai precisar amadurecer e endurecer seus sentimentos e pensamentos

Prq vc tem a mania de romantizar a vida, mas vai aprender a jogar

Com sabedoria e malandragem, coisa q até aqui vc não tinha, ou tinha, mas não tinha malícia.

Vai ainda chorar muito, pq suas escolhas ainda não serão as mais sábias

Mas vai se levantar como uma Phoenix e dar passos muito mais largos

Q esse vc agora julga para trás.

(Sussurraria)

Vc é tão forte e ainda nem sabe!

(Gritaria)

Tenham medo mesmo prq ela ainda fará boas coisas e vai superar vcs e muitooooo!

(Te abraçaria)

Pra vc ter a certeza q não estará sozinha nunca, e sentir a força q vc já tem

Mas ainda se julga incapaz.

(Sussurrando diria)

Vc é vida

Plena em sabedoria

Sua percepção vai te livrar e libertar

Vc é bruxa boa

Vc é magia!

Ainda assim seu medo nesse momento não desapareceria, eu sei!

Eu senti sua dor...

Mas eu estou aqui 8 anos à frente p te dizer q vai dar certo, vc vai aprender o q é ter e ser fé,

Vc tem um dom q precisa aprender a usar.

Respeite suas intuições e sensações, elas têm força, e sempre estarão a postos p te fazer proteção,

Se afine a essa vibração, é coisa boa, aí vai sentir a fé de fato.

Nenhuma escolha é a perfeita, todas têm pesos e medidas desconhecidas,

Mas acredite em vc, prq VC É IMPORTANTE (ainda q se questione até hj rrsrs)

Vc não é perfeição, se fosse seria chata, mas vc é busca, e uma busca híbrida e inexorável por ser vc mesma,

Vc vai respeitar seus desejos suas vontades suas angústias, e vai sim se arrepender

De não ter dado seu melhor um dia, de ter desistido ou protegido,

Mas isso tudo te fez ser quem eu sou hoje aos anos de jornadas a frente,

Hj vc é meu presente, meu agora e meu eterno, vc é a minha história,

Vc sempre será todas as marcas e traços que o tempo me deixará ainda...

E essas marcas e traços te farão ficar viva,

Msm q se torne outra dor estar consigo o tempo todo, nós sempre

Sempre seremos nossa melhor companhia.

E vão rolar alegrias sim visse!

Vc vai brilhar do modo q vc acha discreto, prq não te cabe glamour e sim o reconhecimento entre os seus.

Vc será esteio p outras histórias...

Vc vai ser referência, ainda que entenda q suas experiências nunca serão parâmetro p nada,

Ainda assim vai descobrir, se surpreender, duvidar, entender e sempre questionar, vai encontrar encorajar,

Vai militar arduamente (prq ser mulher preta artista e livre não é fácil, o preço é alto) p ser essa potência

Q vc começa agora a se tornar.

E sua história vai ajudar a muitas outras de nós.

E assim vc vai se reinventar...
Vai ser mais vc a cada dia...
Mesmo q com outras dores...
Mesmo nessa nova vida...
Vc vai querer ser cada vez mais vida
Vai se sentir, ainda que insegura, mais forte a cada dia,
E vai conquistar o que almejar se tiver,
Foco (DANGER vc é adaptável demais e não sabe seguir regras
alheias à sua vontade, e isso vai te atrapalhar)

E sempre se lembre que sorte não existe, e sim a competência
aliada à oportunidade

Seja sempre competente o máximo q puder com as oportuni-
dades q vão aparecer na sua trajetória,

E se elas não aparecerem, crie cada uma delas, prq vc é sagaz e
vai entender isso ainda.

Estou sim orgulhosa do caminhar q vc vai traçar, vai errar, vai
se precipitar, vai vacilar... Mas tbm vai apender dia após dia q vc
é do bem

E jamais vai passar por cima de alguém propositalmente, vc
não gosta de magoar ninguém,

Por isso agora está decidindo ir, é q não existe mais espaço pra
vc viver aqui

Vc é luz demasiada para casas de muitas sombras.

E sabe q amar é água.

Seja tente e busque ser coerente...

Msm q não seja nada fácil!

Seremos sempre uma história bonita!

LISTA DE CONTRIBUIÇÕES

Organizada em ordem alfabética

Ana Gretel Echazú Böschemeier é professora adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DAN/PPGAS/UFRN). Coordenadora do Projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19” (CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ “Itinerários de mulheres e seu acesso ao Estado”. Participa do Comitê Central de Ética em Pesquisa/UFRN e é embaixadora do movimento Parent in Science. E-mail: gretigre@gmail.com

Ana Patrícia Marcos Barbosa é professora de Ensino Fundamental I pela Prefeitura de Natal. Intérprete/professora de Libras no Centro de Reabilitação Auditiva – SUVAG. Formada em Pedagogia e em Letras-Libras com Pós-Graduação em Psicopedagogia. E-mail: patylibrasdistancia@gmail.com

Armando dos Santos Correia Filho é pescador, líder pesqueiro da comunidade de Ponta Negra (Natal-RN), vinculado ao Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP/Brasil). E-mail: armandosantosobtompp@gmail.com

Breno da Silva Carvalho é publicitário e antropólogo. Professor do Departamento de Comunicação Social (DECOM) da UFRN, é coordenador adjunto do projeto de pesquisa “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19” (CNPq) e integra o grupo de pesquisa Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP). E-mail: brenosc@uol.com.br

Daniel Pereira Barreto é graduado em Gestão de Políticas Públicas pela UFRN e graduando em Administração Pública pela mesma universidade. E-mail: daniel.pereira00009@gmail.com

Denize Baracho é marisqueira, liderança feminina pesqueira em Pitangui (Extremoz-RN), presidente da Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui (AMBAP). E-mail: ambappitangui@gmail.com

Elma Maria da Silva Abrantes é bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2019). Especialista Residente em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB) e especialista em docência do ensino superior pela UFCG.

Fabiola Pereira Gomes Alcântara. Calin. Cigana da etnia Calon. Graduanda em Pedagogia pela Unopar. E-mail: fabiolaalcantara3215@gmail.com

Jenipher Alyssa de Lima Silva é professora de Libras da Associação de Surdos de Natal (ASNAT). Integrante do projeto do “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19” (CNPq). Licenciada em Letras-Libras/Língua Portuguesa pela UFRN. E-mail: jenipher.alyssa2@gmail.com

José Gomes Ferreira é sociólogo e professor visitante no Departamento de Políticas Públicas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. E-mail: josegomesufrn@gmail.com

Lázaro Samuel Veras Bandeira é graduando em Serviço Social (UFRN), membro do Grupo de Estudos Culturais – GEC da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Ecologia Política, Educação e Saúde – ECOS (UFCG/CNPq). E-mail: lazaro.bandeira.701@ufrn.edu.br

Luan Gomes dos Santos de Oliveira é antropólogo. Professor doutor adjunto II da UFCG. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Coordena o Grupo de Pesquisa em Ecologia Política, Educação e Saúde (ECOS/CNPq). E-mail: luan.gomes@professor.edu.ufcg.br

Luanda Luz (Mirnaiane Aglaia de Almeida) é produtora musical, compositora e cantora profissional. Natural da Bahia, viveu em situação de rua em Natal. Integra o MNPR/RN desde 2015, participando de eventos e ações junto às mulheres em situação de rua. Participa do Projeto Mulherio RN Mais Saudável. E-mail: luandaluz.1984@gmail.com

Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo. Calin. Cigana da etnia Calon. Pedagoga (UFCG), pós-graduada em Neuroaprendizagens e Práticas Pedagógicas, licenciada em Educação Física. Professora de dança de salão e dança cigana. E-mail: marcyalcantarakalin@gmail.com

Maria Jacqueline Abrantes Gadelha é enfermeira do Núcleo Técnico da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, doutora em Ciências Sociais, membro do Fórum Vila em Movimento. E-mail: jaca.abrantes@gmail.com

Marina de Siqueira é bióloga licenciada pela UFRN e especialista em Gestão e Auditoria Ambiental. Atualmente é mestranda em Ciências Climáticas e concluinte em Gestão de Políticas Públicas. E-mail: siqueira@ufrn.edu.br

Meine Siomara Alcântara é enfermeira na UBS Ponta Negra da Secretaria Municipal de Saúde de Natal-RN, membro do Fórum Vila em Movimento e preceptora das disciplinas SACI e POTI/UFRN. E-mail: meinesio@gmail.com

Oswaldo Gomes Corrêa Negrão é professor do Departamento de Saúde Coletiva, membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva e do Observatório das Violências (OBVIO), na UFRN. E-mail: oswaldo.negrao@ufrn.br

Pedro Santos Correia é pescador, mestre e entusiasta cultural da dança de Congo de Calçola em Ponta Negra (Natal-RN). E-mail: mestrepedrocorreia@gmail.com

Raquel Assunção Oliveira é publicitária e pesquisadora. Doutoranda no PPGEM da UFRN. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista no Projeto “Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19” (CNPq). E-mail: assuncaoraqueloliveira@gmail.com

Winifred Knox é professora doutora do departamento de Políticas Públicas, do Programa de Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Coordenadora do Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento Regional (GEPEDR). E-mail: winifred.knox@ufrn.br

Esta obra foi desenvolvida pela Áporo Editorial em 2022 e seu projeto gráfico foi desenvolvido para leitura em meios digitais.